

# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 065

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 17 DE JUNHO DE 2009

ANO XXXIV

### *Mesa Executiva*

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - Democratas

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**VALDIR ROSSONI**  
2º Secretário - PSDB

**ELTON WELTER**  
3º Secretário - PT

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**PASTOR EDSON PRACZYK**  
5º Secretário - PRB

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### *Lideranças*

*Líder do Governo ..... Luiz Claudio Romanelli*  
*Líder da Oposição ..... Elio Rusch*  
*PMDB ..... Waldyr Pugliesi*  
*PSDB ..... Ademar Traiano*  
*Partido Democratas ..... Plauto Miró*  
*PT ..... Péricles de Mello*  
*PP ..... Duílio Genari*  
*PDT ..... Luiz Carlos Martins*  
*Bloco PPS/PMN ..... Dr. Batista*  
*Bloco PSB/PRB/PV ..... Reni Pereira*  
*Bloco PTB/PR ..... Jocelito Canto*

### *Representação Partidária*

**PMDB** - 18: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mário Roque - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 01: Reni Pereira; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 065**

### **62ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva:..... 02**

**Presenças:..... 02**

**Abertura da Sessão: ..... 03**

#### **Expediente:**

Mensagens ..... 03

Ofício ..... 04

Indicações ..... 09

Requerimentos ..... 10

Projetos de Lei ..... 14

#### **Pequeno Expediente:**

Dep. Professor Lemos..... 16

Dep. Elton Welter ..... 17

Dep. Pastor Edson Praczyk..... 18

Dep. Chico Noroeste..... 19

Dep. Edson Strapasson ..... 19

Dep. Artagão Júnior..... 20

#### **Grande Expediente:**

Dep. Jocelito Canto..... 21

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício ..... 22

Liderança do DEM

Dep. Plauto Miró..... 24

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati.....25

Liderança do PT

Dep. Elton Welter .....26

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Reni Pereira.....28

Liderança da Oposição

Dep. Reni Pereira.....29

Liderança do PMDB

Dep. Teruo Kato.....31

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli ....32

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente .....33

Discussão/Votação

2ª Discussão (Votação) .....33

Redação Final .....35

3ª Discussão .....37

2ª Discussão .....37

1ª Discussão .....37

Requerimentos .....40

**Encerramento da Sessão: .....41**

#### **Publicações:**

Ata de Comissões

Finanças .....41

Presidência

Indicações Legislativas .....42

### **DIÁRIO Nº 065**

### **62ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA**

#### **16ª LEGISLATURA**

#### **ATA DA 62ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **REALIZADA EM**

**17 DE JUNHO DE 2009**

*(quarta-feira)*

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Jonas Guimarães e pela Sra. Deputada Beti Pavin.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Bor-

ghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mário Roque, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (51).

Ausentes os Srs. Deputados: Caíto Quintana e Pedro Ivo (02).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Fábio Camargo (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

### ***Abertura da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### ***Expediente:***

### ***Mensagens***

MENSAGEM Nº 044/09

Curitiba, em 15/06/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando autorizar o Estado do Paraná a quitar os créditos que detém junto ao Estado de Alagoas, decorrentes do contrato firmado com fundamento na Lei nº 13569, de 29/05/02.

O Governador do Estado de Alagoas apresenta proposta de forma a resolver o contrato firmado com o Estado do Paraná, com o pagamento de R\$ 106.755.412,19, correspondente ao saldo devedor

original, excluídos os juros e encargos, na forma do estabelecido no artigo 33, parágrafo 1º, da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).

A resolução do negócio, tem como consequência principal ao Estado do Paraná, a liberação das pendências junto à Secretaria do Tesouro Nacional, retirando os entraves que impedem a obtenção de empréstimos e, especialmente, dando fim ao pagamento da multa que vem sendo aplicada mensalmente, relativa à privatização do Banco do Estado do Paraná.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

### **ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º Fica o Estado do Paraná autorizado a quitar os créditos que detém junto ao Estado de Alagoas, decorrentes ao contrato firmado com fundamento na Lei nº 13569, de 29/05/02, mediante o recebimento, em moeda corrente, de R\$ 106.755.412,19 (cento e seis milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e doze reais e dezenove centavos).

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**À Diretoria Legislativa.**

MENSAGEM Nº 045/09

Curitiba, em 17/06/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando autorizar o Poder Executivo a prorrogar por mais 60 (sessenta) dias a Licença à Gestante de que trata o artigo 7º, inciso XVIII, da Constituição Federal e artigo 34, inciso XI, da Constituição do Estado do Paraná.

A presente proposta encontra-se em consonância com os dispositivos constitucionais vigentes no que se refere aos direitos deferidos às servidoras civis e militares.

Ao mesmo tempo, reconhece a condição de igualdade para os casos de adoção legalmente previstos, outorgado às mães adotivas o mesmo direito à fruição do afastamento de funções laborais independentemente da condição biológica da maternidade, o que responde de forma mais completa aos objetivos da norma concessiva de tal licença.

A extensão do direito às mães adotivas já é prevista no Estado do Paraná por interpretação jurídica e por atos regulamentares editados em 1994 e 2004, mas

torna-se necessário efetivá-lo de maneira permanente ou ordenamento jurídico que norteia a Administração Pública Estadual.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizando a prorrogar por mais 60 (sessenta) dias a Licença à Gestante de que trata o artigo 7º, inciso XVIII, da Constituição Federal e artigo 34, inciso XI, da Constituição do Estado do Paraná.

Parágrafo Único. O disposto no *caput* deste artigo aplica-se às servidoras civis e militares e é extensivo aos casos de adoção, nos termos da legislação específica vigente.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**À Diretoria Legislativa.**

### Ofício

OFÍCIO Nº 892/09/GAB

Curitiba, em 09/06/09.

Senhor Presidente:

Cumprimentando-o, honra-me submeter a apreciação dessa Augusta Casa de Leis, por intermédio de V. Exa., o incluso Anteprojeto que dispõe sobre os vencimentos dos servidores, ativos e inativos, do Quadro de Pessoal, Quadro de Oficiais de Promotoria do Ministério Público do Paraná dos cargos de provimento em comissão.

Na certeza de que a proposição merecerá dessa Egrégia Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, revela-se oportuno o ensejo para rei-

terar a V. Exa. a garantia de minha especial estima e respeito.

(a) OLYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO  
Procurador Geral de Justiça do Estado do Paraná

#### ANTEPROJETO DE LEI

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Os vencimentos básicos dos servidores, ativos e inativos, do Quadro de Pessoal e do Quadro de Oficiais de Promotoria do Ministério público do Paraná, dos cargos de provimento em comissão e as respectivas gratificações, ficam reajustados no percentual de 6% (seis por cento).

Art. 2º As tabelas dos anexos I, II e III, da Lei nº 15914, de 28/06/08, passam a vigorar com os valores dos anexos I, II e III desta lei e o vencimento e gratificações de representação dos cargos em comissão passam a vigorar com os valores do anexo IV.

Art. 3º Fica instituída a data do primeiro de maio de cada ano para a revisão anual, atendidos os critérios e limitações de ordem orçamentária, financeira e de responsabilidade fiscal.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução da presente lei ocorrerão a conta de dotação orçamentária própria do Ministério Público do Estado do Paraná.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/05/09.

PÁLACIO DO GOVERNO

ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

OLYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO

Procurador Geral de Justiça do Estado do Paraná

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**  
**ANEXO I**  
**TABELAS DE VENCIMENTOS DO QUADRO DE SERVIDORES**  
**Vigência: 01/05/09**

<b>TABELA I</b>		
GRUPO OCUPACIONAL BÁSICO		
NÍVEL	TABELA ATUAL	PROPOSTA
1	R\$ 1.130,29	R\$ 1.198,11
2	R\$ 1.156,22	R\$ 1.225,59
3	R\$ 1.183,32	R\$ 1.254,32
4	R\$ 1.211,04	R\$ 1.283,70
5	R\$ 1.239,41	R\$ 1.313,77
6	R\$ 1.268,43	R\$ 1.344,54
7	R\$ 1.298,16	R\$ 1.376,05
8	R\$ 1.328,58	R\$ 1.408,29
9	R\$ 1.359,70	R\$ 1.441,28
10	R\$ 1.391,57	R\$ 1.475,06
11	R\$ 1.424,14	R\$ 1.509,59
12	R\$ 1.457,51	R\$ 1.544,96
13	R\$ 1.491,67	R\$ 1.581,17
14	R\$ 1.526,61	R\$ 1.618,21
15	R\$ 1.562,37	R\$ 1.656,11
16	R\$ 1.598,97	R\$ 1.694,91
17	R\$ 1.636,45	R\$ 1.734,64
18	R\$ 1.674,78	R\$ 1.775,27
19	R\$ 1.714,00	R\$ 1.816,84
20	R\$ 1.754,17	R\$ 1.859,42
21	R\$ 1.795,26	R\$ 1.902,98
22	R\$ 1.837,31	R\$ 1.947,55

<b>TABELA II</b>		
GRUPO OCUPACIONAL INTERMEDIÁRIO		
NÍVEL	TABELA ATUAL	PROPOSTA
1	R\$ 1.865,49	R\$ 1.977,42
2	R\$ 1.909,19	R\$ 2.023,74
3	R\$ 1.953,94	R\$ 2.071,18
4	R\$ 1.999,71	R\$ 2.119,69
5	R\$ 2.046,56	R\$ 2.169,35
6	R\$ 2.094,52	R\$ 2.220,19
7	R\$ 2.143,60	R\$ 2.272,22
8	R\$ 2.193,80	R\$ 2.325,43
9	R\$ 2.245,21	R\$ 2.379,92
10	R\$ 2.297,81	R\$ 2.435,68
11	R\$ 2.351,66	R\$ 2.492,76
12	R\$ 2.406,77	R\$ 2.551,18
13	R\$ 2.463,15	R\$ 2.610,94
14	R\$ 2.520,86	R\$ 2.672,11
15	R\$ 2.579,91	R\$ 2.734,70
16	R\$ 2.640,38	R\$ 2.798,80
17	R\$ 2.702,23	R\$ 2.864,36
18	R\$ 2.765,53	R\$ 2.931,46
19	R\$ 2.830,33	R\$ 3.000,15
20	R\$ 2.896,66	R\$ 3.070,46
21	R\$ 2.964,52	R\$ 3.142,39
22	R\$ 3.034,00	R\$ 3.216,04

<b>TABELA III</b>		
GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR		
NÍVEL	TABELA ATUAL	PROPOSTA
1	R\$ 3.557,75	R\$ 3.771,22
2	R\$ 3.641,13	R\$ 3.859,60
3	R\$ 3.726,42	R\$ 3.950,01
4	R\$ 3.813,73	R\$ 4.042,55
5	R\$ 3.903,10	R\$ 4.137,29
6	R\$ 3.994,55	R\$ 4.234,22
7	R\$ 4.088,13	R\$ 4.333,42
8	R\$ 4.183,91	R\$ 4.434,94
9	R\$ 4.281,96	R\$ 4.538,88
10	R\$ 4.382,28	R\$ 4.645,22
11	R\$ 4.484,96	R\$ 4.754,06
12	R\$ 4.590,04	R\$ 4.865,44
13	R\$ 4.697,59	R\$ 4.979,45
14	R\$ 4.807,64	R\$ 5.096,10
15	R\$ 4.920,28	R\$ 5.215,50
16	R\$ 5.035,57	R\$ 5.337,70
17	R\$ 5.153,54	R\$ 5.462,75
18	R\$ 5.274,28	R\$ 5.590,74
19	R\$ 5.397,87	R\$ 5.721,74
20	R\$ 5.524,33	R\$ 5.855,79
21	R\$ 5.653,80	R\$ 5.993,03
22	R\$ 5.786,25	R\$ 6.133,43

**ANEXO II**  
**TABELAS DE VENCIMENTOS DO QUADRO DE OFICIAIS DE PROMOTORIA**  
**Vigência: 01 de maio de 2009**

## SITUAÇÃO ATUAL

TABELA ÚNICA	
GRUPO OCUPACIONAL BÁSICO I	
NÍVEL	VALOR
1	561,41
2	578,26
3	595,60
4	613,47
5	631,87
6	650,82
7	670,36
8	690,90
9	711,17
10	732,52
11	754,48

TABELA ÚNICA	
GRUPO OCUPACIONAL BÁSICO I	
NÍVEL	VALOR
12	777,12
13	800,43
14	824,45
15	849,19
16	874,66
17	900,86
18	927,93
19	955,76
20	984,43
21	1.013,96
22	1.044,39

## SITUAÇÃO PROPOSTA

TABELA ÚNICA	
GRUPO OCUPACIONAL BÁSICO I	
NÍVEL	VALOR
1	595,09
2	612,96
3	631,34
4	650,28
5	669,78
6	689,87
7	710,58
8	732,35
9	753,84
10	776,47
11	799,75

TABELA ÚNICA	
GRUPO OCUPACIONAL BÁSICO I	
NÍVEL	VALOR
12	823,75
13	848,46
14	873,92
15	900,14
16	927,14
17	954,94
18	983,61
19	1.013,11
20	1.043,50
21	1.074,80
22	1.107,05

**ANEXO III**  
**TABELA DE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO**  
**Vigência: 01 de maio de 2009**

## SITUAÇÃO ATUAL

DENOMINAÇÃO	Nº DE FUNÇÕES	VALOR
GF 1	30	R\$ 174,44
GF 2	30	R\$ 232,57
GF 3	30	R\$ 290,72

## SITUAÇÃO PROPOSTA

DENOMINAÇÃO	Nº DE FUNÇÕES	VALOR
GF 1	30	R\$ 184,91
GF 2	30	R\$ 246,52
GF 3	30	R\$ 308,16

**ANEXO IV**  
**TABELA DE VENCIMENTO E GRATIFICAÇÕES DE REPRESENTAÇÃO DE CARGOS EM COMISSÃO**  
**Vigência de 01 de maio de 2009**

SITUAÇÃO ATUAL		
DENOMINAÇÃO	VCTO	GRAT. DE REPRESENTAÇÃO
DAS-1	R\$ 498,91	R\$ 760,25
DAS-2	R\$ 440,34	R\$ 668,35
DAS-3	R\$ 410,39	R\$ 622,88
DAS-4	R\$ 350,91	R\$ 532,62
DAS-5	R\$ 320,96	R\$ 487,13
Assistente 1-C	R\$ 207,12	R\$ 121,72
Assistente 2-C	R\$ 191,28	R\$ 112,41
Assistente 3-C	R\$ 176,58	R\$ 103,77

SITUAÇÃO PROPOSTA		
DENOMINAÇÃO	VCTO	GRAT. DE REPRESENTAÇÃO
DAS-1	R\$ 528,84	R\$ 805,87
DAS-2	R\$ 466,76	R\$ 708,45
DAS-3	R\$ 435,01	R\$ 660,25
DAS-4	R\$ 371,96	R\$ 564,58
DAS-5	R\$ 340,22	R\$ 516,36
Assistente 1-C	R\$ 219,55	R\$ 129,02
Assistente 2-C	R\$ 202,76	R\$ 119,15
Assistente 3-C	R\$ 187,17	R\$ 110,00

**JUSTIFICATIVA:**

O artigo 27, inciso X, da Constituição do Estado do Paraná, dispõe que *a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o parágrafo 4º do artigo 39 da Constituição Federal, somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.*

O 2º, do artigo 114 da Constituição Estadual, assegura ao Ministério Público autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no artigo 169 da Constituição Federal, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira.

Reza o artigo 169 da Constituição Federal que: *A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar. A lei a qual o texto constitucional faz referência é a Complementar nº 101, de 04/05/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal - cujo artigo 19 dispõe que a despesa total com pessoal, em cada período de apuração nos Estados, não poderá exceder a 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida. O artigo 20 da mesma lei dispõe que a repartição deste limite global, por Poder, não poderá exceder 2% (dois por cento) para o Ministério Público.*

O parágrafo 1º do artigo 169 da Constituição Federal acrescenta a regra segundo a qual a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, entre outras situações, só poderão ser feitas se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes e se

houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias.

Assim, sob o amparo constitucional e da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Procurador-Geral de Justiça encaminha este anteprojeto de lei para que seja fixada a data em que deve ocorrer a revisão anual da remuneração dos servidores do Quadro de Pessoal e do Quadro de Oficiais de Promotoria do Ministério Público do Estado do Paraná, bem como concedido o reajuste respectivo que, para efeitos financeiros, é fixado em 6% (seis por cento) sobre o vencimento básico.

O ato que provoque aumento de despesa com pessoal deverá atender às exigências dos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Em cumprimento aos citados dispositivos, o Departamento Financeiro do Ministério Público realizou estudo técnico, cuja conclusão foi que o impacto financeiro mensal na folha de pagamento será de 0,99%, estando a despesa prevista na Lei Orçamentária Anual (Lei nº 16032, de 29/12/08).

A aplicação do índice de 6% (seis por cento) importará em um aumento de despesa na ordem de R\$ 375.510,62 (trezentos e setenta e cinco mil, quinhentos e dez reais e sessenta e dois centavos) para o mês de junho e R\$ 187.755,31 (cento e oitenta e sete mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e trinta e um centavos) mensais para os meses de julho a dezembro de 2009, incluindo o décimo-terceiro salário, e R\$ 2.514.043,60 (dois milhões, quinhentos e quatorze mil, quarenta e três reais e sessenta centavos) anuais para os exercícios de 2010 e 2011.

Em percentual, o impacto na despesa total com o pessoal da instituição, considerados os ativos e inativos, para o exercício de 2009, será de 0,011% que, com este acréscimo, passa a ser de 1,44%, de onde conclui-se que não transpõe os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

MINISTÉRIO PÚBLICO  
Departamento de Recursos Humanos

**Protocolo:** 6439/09  
**Interessado:** ASSEMP  
**Assunto:** Reajuste salarial

INFORMAÇÃO N° 137/09

Descrição	junho/09		Jul-Dez 2009	13° Salário /09	2010	2011
	Atrasado	Mês				
Servidores Ativos	R\$ 173.858,72	R\$ 173.858,72	R\$ 1.043.152,32	R\$ 173.858,72	R\$ 2.327.968,26	R\$ 2.397.807,31
Servidores Inativos	R\$ 13.896,59	R\$ 13.896,59	R\$ 83.379,54	R\$ 13.896,59	R\$ 186.075,34	R\$ 191.657,60
Total	R\$ 187.755,31	R\$ 187.755,31	R\$ 1.126.531,86	R\$ 187.755,31	R\$ 2.514.043,60	R\$ 2.589.464,91

Curitiba, 21/05/09.  
(aa) ANGELA TEREZINHA MEIRA FARIAS  
Coord. Setor Folha de Pagamento  
RAFAEL KOTAKA  
Diretor do DRH/PGJ

MINISTÉRIO PÚBLICO  
Departamento Financeiro

**Protocolo:** 6439/09 - MP/PGJ

**Assunto:** Reajuste salarial de 6%, a partir de 01/05/09, na tabela de vencimentos dos servidores desta instituição.

INFORMAÇÃO N° 668/09

Sr. Subprocurador-Geral:

Informo a V. Exa. que existe disponibilidade orçamentária e financeira para atender a despesa, no valor de R\$ 1.689.797,79 (um milhão, seiscentos e oitenta e nove mil, setecentos e noventa e sete reais e setenta e nove centavos), sendo: R\$ 1.564.728,48 para servidores ativos e R\$ 125.069,31 para servidores inativos, referentes aos atrasados do exercício, do mês de junho/09, de julho a dezembro/09 e 13° salário/09. Para o exercício de 2010, despesas com pessoal e encargos integrarão a Proposta Orçamentária. Após autorização, correrá à conta da dotação orçamentária 0901.02062262.392 - Administração dos Serviços do Ministério Público, no elemento de despesa 3190.1102 - Vencimentos e Vantagens Fixas dos Cargos de Provedimento Efetivo para servidores ativos e na dotação orçamentária 0901.09272999.004, no elemento de despesa 3190.0101 - Aposentadorias, para servidores inativos.

Informa-se na oportunidade, que despesas com Pessoal e Encargos estão previstas na Lei Orçamentária Anual n° 16032, de 29/12/08.

Curitiba, 21/05/09.

(a) MARIA PRISCILA MAZAROTTO THOMÉ  
Diretora

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos:

Em atenção ao protocolado supra, bem como ao inciso I, do artigo 16, da Lei de Responsabilidade Fiscal, informamos abaixo o quadro demonstrativo do incremento referente ao reajuste de 6% (seis por cento), a partir de 01/05/09, na tabela de vencimentos dos servidores desta instituição.

MINISTÉRIO PÚBLICO  
Departamento Financeiro

**Protocolo:** 6439/09 - SUBSEDE/PGJ

**Assunto:** Impacto relativo a despesa total com pessoal, em face das disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal.

INFORMAÇÃO N° 669/09

**Do Limite de 2%**

a) Segundo o artigo 20, inciso II, alínea d, da Lei Complementar n° 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a despesa total com pessoal do Ministério Público não poderá exceder o percentual de 2% da Receita Corrente Líquida.

b) De acordo com o artigo 22, parágrafo único, quando a despesa com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite - 1,90%, são vedados:

*I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do artigo 37 da Constituição;*

*II - criação de cargo, emprego ou função;*

*III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;*

*IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;*

*V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do parágrafo 6° do artigo 57 da Constituição e as situações previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.*

c) A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos



onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

## II - Do Cálculo do Impacto

a) O Ministério Público elabora a sua folha de pagamento e tem os registros referentes aos gastos com pessoal, tendo sido projetados os valores para o exercício

de 2009 com base no orçamento anual. Os montantes da Receita Corrente Líquida foram previstos com acréscimo de 5% (cinco por cento) em relação à do exercício de 2008.

b) A situação para o exercício de 2009, antes do cômputo da despesa em análise, é a seguinte:

Período	RCL	Despesa Realizada					
		Deduzida do Fundo Prev.	% da RCL	Deduzida da Desp. Ex. Ant.	% da RCL	Deduzida do IRRF	% da RCL
Maio/08 a Abr/09	14.699.805.452	280.940.459	1,911%	227.949.005	1,551%	184.331.751	1,254%
Set/08 a Ago/09	14.939.970.712	299.955.248	2,008%	236.442.076	1,583%	192.824.823	1,291%
Jan/09 a Dez/09	15.194.234.145	291.721.998	1,920%	262.114.763	1,725%	218.594.410	1,439%

c) O impacto da despesa em questão corresponde a R\$ 375.510,62 para o mês de junho/09 e R\$ 187.755,31 mensais para os meses de julho a

dezembro/09 incluindo o 13º salário e R\$ 2.514.043,60 anuais para os exercícios de 2010 e 2011 conforme quadro a seguir:

Período	RCL	Despesa Realizada					
		Deduzida do Fundo Prev.	% da RCL	Deduzida da Desp. Ex. Ant.	% da RCL	Deduzida do IRRF	% da RCL
Maio/08 a Abr/09	14.699.805.452	280.940.459	1,911%	227.949.005	1,551%	184.331.751	1,254%
Set/08 a Ago/09	14.939.970.712	300.706.269	2,013%	237.193.097	1,588%	193.575.844	1,296%
Jan/09 a Dez/09	15.194.234.145	293.224.041	1,930%	263.616.805	1,735%	220.096.452	1,449%

d) Se autorizada, a despesa em questão corresponderá a 0,01112% no gasto total com pessoal no exercício de 2009 em relação à Receita Corrente Líquida (prevista para o exercício de 2009) de R\$ 15.194.234.145,00.

É a informação.

Distrito Federal, 25/05/09.

(a) MARIA PRISCILA MAZAROTTO THOMÉ

Diretora

## Indicações

### INDICAÇÃO Nº 731/09

#### SÚMULA:

Sugere a construção do acostamento na PR-471 no Município Enéas Marques.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Luiz Fernandes Litro dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção do acostamento na PR-471 no Município Enéas Marques.

II - estamos apresentando a presente indicação, procurando atender anseios da população, com a construção do acostamento na PR-471 no trecho da saída da Cidade até o Centro de Eventos do Município, numa extensão de 2 quilômetros.

Sala das Sessões, em 17/06/09.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

### INDICAÇÃO Nº 732/09

#### SÚMULA:

Propõe ao Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Rogério Wallbach Tissot, solicitando a execução de obra de duplicação da rodovia PR-323, no trecho compreendido entre os Municípios de Doutor Camargo e Cianorte.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Secretário de Estado dos Transportes,

tes, Sr. Rogério Wallbach Tizzot, solicitando execução de obra de duplicação da rodovia PR-323, no trecho compreendido entre os Municípios de Doutor Camargo e Cianorte.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Vereador Carlos Alberto Ruiz Guimarães.

Sala das Sessões, em 17/06/09.

(a) JONAS GUIMARÃES

#### JUSTIFICATIVA:

A PR-323 é hoje uma das principais vias de escoamento da produção agrícola do Paraná, Mato Grosso do Sul e Paraguai. Dessa forma, a duplicação desta rodovia se faz imperiosa, a fim de que o trânsito possa fluir com mais segurança.

### **Requerimentos**

#### REQUERIMENTO Nº 2941

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, arquivamento do Projeto de Lei nº 283/09, que declara de utilidade pública a Associação Imbuia Pesquisas - ASIMP, com sede e foro no Município de Guarapuava, por existir a Lei nº 16063, de 16/04/09.

Sala das Sessões, em 17/06/09.

(a) NELSON JUSTUS

#### REQUERIMENTO Nº 2930

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificar ausência nas Sessões Ordinárias dos dias 16, 17 e 18 de junho do corrente ano, conforme atestado médico.

Sendo o que se apresenta para o momento agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, em 17/06/09.

(a) FÁBIO CAMARGO

#### REQUERIMENTO Nº 2931

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificar ausência na Sessão Ordinária do dia 10 de junho do corrente ano, conforme atestado médico.

Sendo o que se apresenta para o momento agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, em 17/06/09.

(a) FÁBIO CAMARGO

#### REQUERIMENTO Nº 2954

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado à Secretária de Estado da Educação, Exma. Sra. Yvelise Freitas Arcoverde, bem

como ao Presidente do Conselho Estadual de Educação - CEE, Professor Romeu Gomes de Miranda, solicitando dos mesmos a imediata retomada das aulas no Colégio Estadual Altair Mongruel, no Município de Ortigueira, haja vista que um incêndio interrompeu o curso do ano letivo.

São aproximadamente 110 alunos sem aula.

É imprescindível a imediata reconstrução do estabelecimento e a retomada das aulas.

Investir em educação é investir no presente e no futuro dos cidadãos paranaenses.

Sala das Sessões, em 17/06/09.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 2945

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa, o uso do Grande Expediente da Sessão Ordinária do dia 02/07/09, onde será discutido o Pré - Sal, cabendo a ex-Deputada Federal Clair da Flora Martins percorrer sobre o tema.

Sala das Sessões, em 17/06/09.

(a) ROSANE FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 2919

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de pesar à família Stresser, pelo falecimento da Srta. Carla Cristina Stresser, ocorrido no dia 16 de junho do corrente ano.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à família Stresser, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 17/06/09.

(a) EDSON STRAPASSON

#### REQUERIMENTO Nº 2932

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Roque Rodrigues Galvão, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 2933

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Zelair Paich, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 2934

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Neri Costa Amaral, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 2935

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Maria Benedita Lima, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 2936

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Lucia Mancasz, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 2937

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Iomar Francisco Mendes, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 2938

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Dorli Terezinha Xavier Batista, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 2939

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Maria de Lurdes Clabonde, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 2940

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER envio de pesares da Assembleia Legislativa à família de Dovilio Squizott, pelo falecimento deste conceituado pioneiro de Terra Roxa-PR, Município que ajudou a desbravar lá residindo por 35 anos, de 1957 a 1992. Faleceu por insuficiência cardíaca em São José dos Pinhais, onde residia, deixando familiares (esposas, filhos, genro, nora e netos) e amigos.

Sala das Sessões, em 17/06/09.

(a) FERNANDO SCANAVACA

## REQUERIMENTO Nº 2918

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas no Estado do Paraná - SETCEPAR, pelos seus 66 anos de plena atividade representando o setor de transporte rodoviário de cargas nas mais diversas atividades, tais como as negociações coletivas de trabalho, aproximação com autoridades e autarquias municipais, estaduais e federais, bem como com a imprensa, além da articulação das questões técnicas, operacionais e mercadológicas do setor junto aos seus associados, destacando ainda, a sua atuação em 265 Municípios no Paraná.

Requer ainda, que se dê ciência ao Sr. Aldo Fernando Klein Nunes - Presidente do SETCEPAR.

Sala das Sessões, em 17/06/09.

(a) EDSON STRAPASSON

## REQUERIMENTO Nº 2920

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Diretor Rodrigo Barrozo enviando-lhe voto de congratulações, em razão da comemoração dos 26 anos de jornalismo.

O trabalho sério realizado pelo Jornal do Estado e a confiança da população curitibana, conquistada ao longo dos anos, merece o reconhecimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17/06/09.

(a) CIDA BORGHETTI

## REQUERIMENTO Nº 2922

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações ao Jornal do Estado, que na data de hoje comemora 26 anos de jornalismo e traz em destaque aos leitores a extraordinária matéria no suplemento

especial: “Sustentabilidade - essa é a ordem do momento”.

Requer, ainda, envio de cópia ao Sr. Diretor-Presidente Rodrigo Barrozo.

Sala das Sessões, em 17/06/09.

(a) ROSANE FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 2923

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações ao Cel. João Alves da Rosa Neto, que assumirá o comando do Batalhão de Polícia Ambiental Força Verde no próximo dia 18 de junho.

Requer ainda, envio de cópia.

Sala das Sessões, em 17/06/09.

(a) ROSANE FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 2924

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações aos 120 anos de Imigração Judáica no Paraná, na pessoa do Sr. Manoel Knolpholz, Presidente da Federação Israelita do Paraná.

Requer, ainda, envio de cópia.

Sala das Sessões, em 17/06/09.

(a) ROSANE FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 2929

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações pelo 100º aniversário do Pastor Guilherme Lüdke, que acontecerá no dia 30 de junho do corrente.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao presente requerimento à família Lüdke.

Sala das Sessões, em 17/06/09.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

Guilherme Frederico Lüdke, nasceu no dia 30/06/09 na aldeia Chorlin, província de Minsk, na atual Bielorrússia (antiga Rússia Branca), filho de Germano Francisco Alexandre e Maria Paulina Busch Duske Lüdke.

Foi batizado pelo professor Kunkel, na aldeia Chorlin e desde muito cedo descobriu sua vocação para a atividade religiosa. Mas isso só veio a se concretizar do outro lado do oceano, em terras brasileiras.

Lüdke fez votos de confirmação religiosa no dia 27/06/24, em Boa Vista (atual Erechim).

Veio a se tornar diácono e professor paroquial com o curso de Pedagogia em 1935. Dois anos depois, tornou-se Pastor da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, pelo

Seminário Concórdia, de Porto Alegre (RS), local em que cursou desde o antigo curso ginásial até o curso superior em Teologia.

Fez seu estágio em Poço das Antas, no Município de Montenegro, e na Congregação “São Paulo” de Porto Alegre. Ainda em 1937, foi instalado na Congregação Evangélica Luterana da “Cruz” em Sertão da Mata, RS. Em 22/01/38 casou-se com Elda Maria Fauth Beck, matrimônio abençoado com oito filhos: Nelson, Carmem, Íris, Egon (estes dois últimos *in memoriam*), Paula, Jonas, Joel e Tomás.

Atuou como Pastor na comunidade onde começou a exercer o sacerdócio até 1953. Vale destacar que nesse ínterim foi naturalizado brasileiro pelo então Presidente Getúlio Vargas, fato ocorrido em 19/11/51 e que lhe garantiu plenos direitos civis.

Naquela época as coisas eram muito mais difíceis. Para atender seus congregados, por exemplo, usava como condução um animal de montaria. Para ajudar no sustento, criava galinhas, porcos e vacas, além de cuidar de uma horta.

Assumiu já como reverendo, a paróquia São Pedro na localidade riograndense de Três de Maio, posto em que permaneceu até 1956, quando foi transferido para a comunidade Trindade de Vila Machado, Município de Tucuruva, ainda no Rio Grande do Sul.

Mas foi em 31/07/66 que o Pastor chegou ao Paraná, mais especificamente em Marechal Cândido Rondon, Cidade onde se aposentou do sagrado ministério, em 1978. Passou a ser Pastor emérito daquela comunidade luterana. No entanto, Lüdke não deixou de lado o trabalho junto à sua base. Em 43 anos de atuação na comunidade rondonense, realizou diversos trabalhos voltados à comunidade.

Destacam-se a melhoria do pavilhão para realização de cultos, construção da atual Igreja Luterana de Marechal Cândido Rondon e de uma quadra de esportes para os jovens. Participou também da compra do Colégio Rui Barbosa e da formação de diversos pontos de pregação.

Abriu diversos pontos de missão, inclusive no Mato Grosso do Sul, nas Cidades de Dourados e Ponta Porã. Conseguiu doação de terrenos e participou da construção de muitas capelas.

Iniciou o Programa Hora Luterana na ZYS, hoje Rádio Difusora de Marechal Cândido Rondon. Foi também Conselheiro do Distrito Sete Quedas, fundando o Departamento de Leigos da Congregação de Cristo e das Servas da Congregação São Paulo e da Congregação Mateus, de Arroio Fundo.

E como se não bastasse, foi redator do *Lutherkalender* entre os anos de 1981 e 1983. Com quase 95 anos de idade foi um dos oficiantes do Culto de Centenário de Igreja Evangélica Luterana do Brasil, realizado dia 11/01/04, na Cidade de Gramado (RS), no qual estiveram presentes cerca de 12 mil pessoas. Hoje é o Pastor vivo mais idoso da IELB.

Antes disso, porém, sua querida esposa faleceu no ano de 1994, após 56 anos de harmoniosa união. Mesmo assim, nos últimos anos escreveu a “Árvore Genealógica da Família Lüdke” e a “História da Comunidade Evangélica Luterana Cristo”, descrevendo sua importância e o que representa para o Oeste do Paraná, Mato Grosso do Sul e Paraguai.

Em 29/06/07, com inquestionável justiça e merecimento, foi laureado com o recebimento do título de Cidadão Honorário do Município de Marechal Cândido Rondon.

De forma absolutamente lúcida, continua produzindo materiais escritos e estudos bíblicos até hoje e participando assiduamente das atividades da sua Congregação e de toda a Igreja Luterana.

#### REQUERIMENTO Nº 2943

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado à Deputada Estadual do Pará Ana Cunha, pela recondução ao cargo de titular da Secretaria de Mulheres da UNALE.

Sala das Sessões, em 17/06/09.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 2946

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Full Jazz Bar e Restaurante

Sala das Sessões, em 17/06/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Full Jazz Bar e Restaurante, que através de sua culinária e de seu bar, transmite à sociedade curitibana, os prazeres da boa comida e da boa bebida, demonstrando o espírito cosmopolita da Cidade de Curitiba e reforçando o turismo gastronômico da Capital. Por se tratar de um bar e restaurante de excelência, revela as mais profundas raízes de uma sociedade que atrai os paladares mais críticos, conquistando-os com qualidade e os bons serviços prestados em ambiente confortável, aconchegante, temático, inspirado em bares do gênero de New Orleans e Chicago, mais que um bar, um verdadeiro festival de jazz.

#### REQUERIMENTO Nº 2947

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Edilson Catapan.

Sala das Sessões, em 17/06/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Edilson Catapan, que assumiu o Conselho de Assuntos Econômicos Paroquial -

CAEP da Colônia Murici em São José dos Pinhais, onde demonstra toda sua dedicação e empenho no auxílio a paróquia no tocante a administração dos seus bens, com irrepreensível integridade e empenho apostólico, de forma voluntária e de boa vontade, para realizar um grande serviço, digno de exemplo para todos os paroquianos, resgatando os valores religiosos, sociais e culturais da comunidade.

#### REQUERIMENTO Nº 2948

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Luiz Henrique Tessuti Dividino.

Sala das Sessões, em 17/06/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Luiz Henrique Tessuti Dividino, pelos relevantes serviços prestados ao Estado do Paraná, como gestor da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, onde desenvolveu excelente trabalho de expansão e aperfeiçoamento das atividades exercidas pela instituição, levando agilidade e benefícios aos usuários, conquistando espaço e respeito no mercado portuário, ajudando a transformá-lo no maior exportador de grãos do sul e abrindo novos campos de atuação tanto na exportação quanto na importação de produtos, atualmente é diretor do terminal portuário da Ponta do Félix, onde desbrava novos horizontes, abrindo caminho para a ampliação de suas atividades e promovendo uma nova abertura de portos, trabalhando em prol da comunidade de Antonina, gerando emprego e renda, movimentando a economia do Município e dedicando parte de seu empenho a área social, ajudando várias entidades que atendem aos necessitados, mostrando que é possível crescer pensando no cidadão, com responsabilidade social e ambiental, pilares de uma grande empresa e de um grande administrador, que atua com austeridade e compromisso de desenvolvimento.

#### REQUERIMENTO Nº 2948-A

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Dr. Luiz Martins Collaço.

Sala das Sessões, em 17/06/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Dr. Luiz Martins Collaço, presidente da Sociedade Brasileira de Citopatologia, onde desenvolveu trabalho de cunho social e científico para atender os interesses dos médicos citopatologistas e citotécnicos, dando apoio institucional e veiculando informações sobre a citopatologia aos órgãos institucionais e ao público em geral, estendendo sua missão à promoção da saúde dos brasileiros, principalmente no que diz respeito à prevenção e diagnóstico precoce de câncer,

demonstrando toda responsabilidade da entidade sob seu comando e colocando seus conhecimentos à disposição da sociedade e em benefício da coletividade.

#### REQUERIMENTO Nº 2949

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Dr. Ricardo Ramina.

Sala das Sessões, em 17/06/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Dr. Ricardo Ramina, mestre e doutor em Medicina, com especialização em Neurocirurgia onde possui vasto conhecimento, sendo considerado entre seus Pares, uma referência nas cirurgias de base de crânio, tumores do sistema nervoso central e cirurgias vasculares, como professor, transmite seus conhecimentos aos pós-graduandos em Cirurgia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, sendo atualmente chefe do serviço de Neurocirurgia do Instituto de Neurologia de Curitiba - INC, onde exerce sua profissão com dedicação e empenho, buscando o bem-estar de seus pacientes e o aprimoramento de sua equipe.

#### REQUERIMENTO Nº 2950

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Prof. Dr. João Farias Júnior.

Sala das Sessões, em 17/06/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Prof. Dr. João Farias Júnior, mestre e doutor em Direito, que transferiu-se para a Capital paranaense para ser um pioneiro no ensino de Criminologia, ministrando aulas nas Faculdades de Direito Curitiba e Pontifícia Universidade Católica do Paraná, bem como dando cursos na área criminal e criminológica e promovendo eventos sobre tais assuntos, também prestando assessoria a estabelecimentos prisionais e à Vara de Execução Penais no Paraná, presidente do Comitê Internacional da Escola de Prevenção Criminal, onde constitui parcerias em vários Estados da Federação para o desenvolvimento de palestras sobre o tema “Segurança Pública sob a Ótica Prevencionista”, bem como comitês envolvidos com as questões sociais, de violência e criminalidade nas escolas e comunidades, dando assim mais uma contribuição para a sociedade, demonstrando seu espírito de coletividade e preocupação social.

#### REQUERIMENTO Nº 2951

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Roney Wilmar Erthal.

Sala das Sessões, em 17/06/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Roney Wilmar Erthal, artista plástico considerado por muitos o legítimo sucessor de Poty Lazarotto, pela qualidade de suas obras, que são uma marca registrada do elevado valor da cultura de São José dos Pinhais, Cidade que reconhece sua habilidade e sua aptidão, abrindo cada vez mais espaço para seu talento, sua arte é difundida pelo País afora e em outros Países também, levando ao conhecimento de todos a sua arte, a arte de saber transmitir a beleza, a pureza, o significado da vida em suas manifestações artísticas.

#### REQUERIMENTO Nº 2952

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Pe. Aloízio Fludra.

Sala das Sessões, em 17/06/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Pe. Aloízio Fludra, pároco da Igreja do Sagrado Coração de Jesus, na colônia Murici em São José dos Pinhais, que dirige este local sagrado, para onde, por devoção, acorrem peregrinos de diversas regiões, aumentando suas responsabilidades como governante das palavras do Êxodo 25:8 “E me farão um santuário para que possa habitar no meio deles”.

Coordenador de ações sociais que beneficiam crianças, idosos e adolescentes, com apoio de voluntários, demonstra toda sua dedicação e amor ao próximo, na Igreja de Cristo, detentor na plenitude dos sete sacramentos e dos outros meios necessários para a salvação dados por Jesus à Igreja.

## Projetos de Lei

#### PROJETO DE LEI Nº 302/09

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído, no Estado do Paraná, o Programa de Incentivo à reciclagem do óleo de cozinha para a produção de Biodiesel, através da desoneração progressiva no pagamento de impostos estaduais.

Parágrafo Único. O incentivo referido no *caput* deste artigo será instituído por regulamento do Chefe do Poder Executivo.

Art. 2º O Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná, criará postos de recolhimento do óleo de cozinha e estimulará a inserção social de recolhedores da matéria-prima para as usinas de reciclagem do óleo de cozinha.

Art. 3º Os veículos públicos do Estado do Paraná passarão, progressivamente, a utilizar o biodiesel produzido a partir da reciclagem do óleo de cozinha.

Parágrafo Único. A frota de veículos do Estado do Paraná será adaptada para a utilização do biodiesel conforme regulamento do Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º Os restaurantes e estabelecimentos comerciais e industriais que servem refeições ficam obrigados a entregar o óleo comestível usado para reciclagem, nos postos de coleta indicados pelo Instituto Ambiental do Paraná.

Parágrafo Único. O descumprimento do disposto neste artigo impede os estabelecimentos citados e usufruir de incentivos fiscais instituídos no Estado do Paraná.

Art. 5º Fica autorizada a criação do Fundo Especial de Apoio aos Produtores de Biodiesel no Estado do Paraná, conforme regulamentação do Poder Executivo.

Art. 6º Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 17/06/09.

(a) CIDA BORGHETTI

#### JUSTIFICATIVA:

É fundamental reconhecer a necessidade de o Poder Público fomentar a produção de biodiesel. Hoje o óbice à viabilização da produção de biodiesel é ganância fiscal. Enquanto no resto do mundo os Governos incentivam e dão subsídios para quem investe na produção de biodiesel, no Brasil essa matriz energética fica em segundo plano.

Em Buenos Aires já está funcionando uma usina de biodiesel cuja matéria-prima é o óleo de cozinha usado. No Brasil, até o momento, tudo o que vimos são estudos de universidades sobre o assunto.

A Argentina é o terceiro produtor mundial de biodiesel, depois da Alemanha e dos Estados Unidos, com mais de 1,4 milhões de toneladas anuais.

Somente na cidade de Necochea, de 2004 a 2008, a coleta do óleo vegetal usado passou de 7,4 para 94,8 toneladas anuais. Existindo o estímulo, aumentará a quantidade da matéria-prima e consequentemente a reciclagem e produção do biodiesel.

Enquanto não são tomadas medidas concretas, continuamos colocando o óleo usado na cozinha no esgoto sanitário, poluindo e degradando nosso já sofrido planeta.

O biodiesel é assunto bastante antigo, data da década de 40, quando as colônias africanas da França e da Bélgica já eram estimuladas a plantar dendê com finalidade energética.

Em 1940 rodou o primeiro ônibus movido a biodiesel em Bruxelas, na Bélgica. A partir daí, tanto o biodiesel como o álcool foram praticamente extintos em função de interesses geopolíticos e econômicos, particularmente porque o petróleo era mais barato.

O Brasil é líder na substituição de energia fóssil por renovável. Nossa gasolina tem, por lei, a incorporação de álcool.

Essa liderança persistirá com a introdução do biodiesel, desde que as condições tributárias e econômicas permitam. O biodiesel só é viável se acontecer uma desoneração fiscal.

Além da proteção ao meio ambiente, a produção do biodiesel gera renda e melhoria na qualidade de vida.

A produção do biodiesel a partir do óleo de cozinha é uma forma de evitar que muitas pessoas transformem o óleo em sabão. Nesse processo é utilizada soda cáustica, cujos dejetos são nocivos ao meio ambiente.

Esta matéria representa também inserção sócio-ambiental, pois haverá necessidade de rede de recolhedores do óleo de cozinha, inclusive nas residências. Sem dúvida, a produção do biodiesel com o óleo de cozinha gerará trabalho e renda para muitas famílias.

PROJETO DE LEI Nº 303/09

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído no Calendário Oficial do Estado do Paraná a Semana Estadual de Segurança e Saúde no Trabalho - SEMESS (Prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho).

Art. 2º A Semana Estadual de Segurança e Saúde no Trabalho será realizada na terceira semana do mês de setembro de todos os anos vindouros.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17/06/09.

(a) CLEITON KIELSE

#### JUSTIFICATIVA:

Milhares ou milhões? Infelizmente, as estatísticas oficiais ainda não qualificam, adequadamente, a coerência anual de acidentes do trabalho no Brasil. Segundo as últimas estatísticas da Previdência Social, os acidentes com lesão foram da ordem de 500 mil no período de um ano, sendo que aproximadamente 2 mil e 700 desses acidentes resultaram na morte do trabalhador.

Desde aqueles que ocorrem sem lesão ou danos visíveis até os fatais, os acidentes no trabalho são objeto de estudo de um setor que, entre outras denominações, intitula-se de Segurança e Saúde no Trabalho (SST).

O acidente é, por definição, um evento negativo e indesejado do qual resulta uma lesão pessoal ou dano material. Essa lesão pode ser imediata (lesão traumática) ou mediata (doença profissional). Assim, caracteriza-se a lesão quando a integridade física ou a saúde são atingidas. O acidente, entretanto, caracteriza-se pela existência do risco.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, apresenta a seguinte definição para o acidente do trabalho: é a ocorrência imprevista indesejável, instantânea ou não, relacionada com o exercício do trabalho, de que resulte ou possa resultar lesão pessoal (NBR 14280/01, Cadastro de Acidentes do Trabalho - Procedimento e Classificação).

Muitas vezes o acidente ocorrer sem ocasionar lesão ou danos, o que, a princípio poderia contradizer a definição acima apresentada. Alguns autores chamam esses acidentes de incidentes ou de quase-acidentes. Outros autores, preservando a definição, os chamam de acidentes sem lesão ou danos visíveis. Nesse caso o prejuízo (dano) material pode ser até mesmo a perda de tempo associada ao acidente.

Exemplifico aqui dois acidentes com lesão:

1) Acidente: exposição do trabalhador a ruído excessivo. Causa: ausência de isolamento acústico e/ou não utilização de protetor auricular. Consequência: perda auditiva (doença profissional).

2) Acidente: queda do trabalhador de um andaime. Causa: ausência da proteção lateral do andaime e/ou não utilização de cinto de segurança. Consequência: fraturas diversas (lesões traumáticas) e/ou morte.

O gerenciamento dos riscos associados ao trabalho é fundamental para a prevenção de acidentes. Isso requer pesquisas, métodos e técnicas específicas, monitoramento e controle. Os conceitos básicos de segurança e saúde devem estar incorporados em todas as etapas do processo produtivo, do projeto à operação. Essa concepção irá garantir inclusive a continuidade e segurança dos processos, uma vez que os acidentes geram horas e dias perdidos.

O presente projeto de lei visa o benefício aos trabalhadores no Estado do Paraná buscando condições seguras e saudáveis no ambiente de trabalho, significando proteger e preservar a vida e, principalmente, é mais uma forma de se construir qualidade de vida em nosso Estado.

### ***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se ao Pequeno Expediente.

Pela ordem, o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, quero comunicar a Casa que, certamente, pela leitura que foi feita pelo 1º Secretário desta Sessão, Deputado Jonas Guimarães e os Parlamentares devem ter percebido que conforme havia sido por mim, ontem aqui, assumido o compromisso - o Governador Requião enviou a esta Casa uma mensagem que corrige a mensagem anterior, autorizando o Poder Executivo a prorrogar por mais 60 dias a licença à gestante, de que trata o artigo 7º do inciso 18º da Constituição Federal e do artigo 34, inciso 11º

da Constituição do Estado do Paraná. Dispõe ainda que essa prorrogação - quer dizer passando de 120 para 180 dias - aplicasse às servidoras civis e militares e é extensivo aos casos de adoção, nos termos da Legislação específica em vigor.

Então, para poder evitar que durante essa Sessão se possa ter toda uma desinformação, dizer a esta Casa, que já foi lida pela 1º Secretário a mensagem que corrige, para poder estabelecer a licença maternidade para a gestante, a adotante, a servidoras civis e militares. Para evitar, Sr. Presidente, discursos longos dessa tribuna pela não informação.

Mas eu chamo a atenção logo no início da Sessão, para que possamos, para economia processual, evitar longos discursos, por que havia sido cometido, mas nós sabemos que não é. Havia a necessidade de corrigir um erro que havia sido cometido, por isso o Governador envia nova mensagem.

Então, saí dessa tribuna ontem, conversei com o Governador Requião e ele já enviou aqui para a Casa a nova mensagem deixando claro: "Licença-Maternidade para servidoras civis e militares, gestantes e adotantes por 180 dias".

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente eu solicitaria do Expediente, uma cópia desse Pedido de Autorização enviado ao Governador, que pede para negociar os títulos de Alagoas. Parece-me que o Governador vai fazer uma negociação e vai acertar os títulos podres naquela confusão do BANES-TADO.

Pediria a V. Exa. que a Mesa me fornecesse uma cópia.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Estará a sua disposição.

Primeiro orador inscrito Deputado Professor Lemos.

### ***Deputado Professor Lemos (PT)***

O SR. PROFESSOR LEMOS

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, aqueles telespectadores que nos acompanham pela TV SINAL, imprensa aqui presente, nossos visitantes.

Queremos, mais uma vez, parabenizar a sensibilidade do Governo por ter encaminhado para essa Casa a mensagem importante que alcança as nossas servidoras estaduais; na Educação - a nossa categoria - com 83% de mulheres. Portanto, uma categoria que será muito beneficiada. O benefício maior é para as crianças que ficarão com as mães nos seis meses de vida.

Quero também parabenizar o Deputado Elton Welter, a Deputada Luciana Rafagnin que, a pedido do Fórum de Servidores, apresentaram aqui em 2007, uma emenda à Constituição para mudar, onde está escrito "120 dias", "alterar para 180."



Quero aproveitar esse momento para pedir à Mesa, para votarmos também a emenda à Constituição, para mais tarde não haver a argumentação contrária aos 180 dias, dizendo que a Constituição trata da licença maternidade com 120 dias, que é uma lei contrariando a Constituição do Estado.

Que possamos, atendendo a um pedido dos servidores e das servidoras públicas do Estado do Paraná, votar também essa PEC que interessa a todos os paranaenses.

Aproveitando esse espaço quero cumprimentar o Fórum Permanente de Educação e Diversidade Ético-Racial do Paraná, que promoverá entre os dias 18, 19 e 20 na Cidade de Foz do Iguaçu, o 6º Encontro do Fórum. Este Fórum reúne professores, funcionários de escola, da rede pública estadual, das redes municipais, das nossas universidades, das escolas privadas, de todos os níveis e todas as modalidades.

É um Fórum importante que procura combater a discriminação, o racismo e fazer com que a igualdade ético-racial seja promovida no nosso Estado. Estou aqui em nome do Fórum, também participo dele, convidando cada Deputada e Deputado desta Casa para participar deste importante Fórum lá em Foz do Iguaçu. Começa no dia 18, às 19h, lá na Faculdade União das Américas. Portanto, todas as Deputadas e Deputados desta Casa estão convidados para esta importante tarefa, que é o debate, para superar a desigualdade em nosso Estado.

Também quero aproveitar este espaço para anunciar a todas as professoras e professores do Estado do Paraná que, entre hoje e amanhã deve ser publicada no Diário Oficial do Estado, a resolução que permite a dobra do padrão, para que a professora e o professor não precisem fazer dois concursos públicos para lecionar a mesma disciplina no Estado do Paraná. Isto corrigirá distorções na carreira das professoras e professores do Estado do Paraná. É uma luta antiga que neste momento encaminha-se para uma solução importante. Devemos ter, até o término do 1º semestre letivo deste ano, já a implementação desta importante conquista, que é o padrão com 40h, a dobra do padrão para as professoras e professores do Estado do Paraná.

Senhor Presidente, estamos também, em nome de todos os servidores, conforme requerimento que aprovamos no dia de ontem, solicitando ao Governador que pague o reajuste do mês de junho retroativo a 1º de maio a todos os servidores públicos do Estado do Paraná, requerimento este apoiado por todos os Deputados desta Casa.

Para concluir, a Lei nº 15512 do dia 31/05/07, regulamentou o artigo 37 da Constituição Federal e assegurou que o dia 1º de maio de cada ano, o Paraná fará a revisão, pagando a inflação medida pelo IPCA dos 12 meses que antecedem a data-base, a todos os servidores da ativa e os aposentados.

Portanto, é importante que o nosso Estado pague no mês de junho o que não pagou em maio, que pague

retroativo ao mês de maio a todas as servidoras e servidores do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedemos a palavra ao próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Elton Welter.

### ***Deputado Elton Welter (PT)***

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Subo a esta tribuna nesta tarde, para tratar de um assunto importante. Mas, antes de falar deste assunto, quero registrar, apesar de tardio - infelizmente não pude usar da tribuna nem segunda e nem ontem - cumprimentara população de Lindoeste, através do Prefeito Sílvio e o Vice Danilo - que é do meu partido: O Município completou 20 anos de emancipação política na semana que passou e também foi realizada a EXPOLIN - Feira da Agricultura, Indústria e Comércio de Lindoeste. Infelizmente não pude participar. Tinha o convite para estar naquele evento, mas é um Município que tem se desenvolvido bem. Também esteve presente neste evento o Deputado Duílio Genari.

Município que também completou 20 anos de emancipação política, foi Ouro Verde do Oeste, no dia 12 de junho, sexta-feira passada. Também na oportunidade foram entregues os ônibus do transporte escolar. A Prefeita Cleonice agradeceu em nome do povo de Ouro Verde, ao Governo do Estado, por este benefício. Aliás, esta Prefeita acessou os recursos do BNDES, que financiam ônibus do transporte escolar para pagamento em 72 meses. É um programa do Governo Federal e já está com cinco ônibus novos e o Município precisa de apenas mais dois e vai buscar os recursos para isso, para ter frota totalmente nova.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, sou um entusiasta do desenvolvimento regional. Acabaram-se as eleições municipais passadas e existem Municípios que são pequenos, que muitas vezes têm dificuldades para cumprir todas as formalidades para acessar programas federais ou estaduais. Visitei os Municípios de Vera Cruz do Oeste, onde falei com o Prefeito Eldon Anschau; em São Pedro do Iguaçu com o Prefeito Nata; em Matelândia com o Prefeito Edson Primon; em Diamantina do Oeste com a Prefeita Inês Gomes; em São José das Palmeiras com o Prefeito Nelton Brum; em Ramilândia com o Prefeito Rui e em Ouro Verde do Oeste com a Prefeita Cleonice.

Conversei com esses Prefeitos no sentido de motivá-los na medida em que as suas Cidades são Cidades vizinhas e têm as mesmas características socioeconômicas e falava a eles que, por ser início de Governo, que era fundamental que eles, para otimizar recursos humanos e equipamentos, pactuassem entre si e celebrassem um consórcio, como já existe na Saúde e em outras modalidades no País afora. A lei dos consórcios foi flexi-

bilizada nacionalmente e esses Prefeitos fizeram reuniões, para a nossa felicidade e o acompanhamento de outros Deputados, como o Deputado Federal Assis do Couto, o Deputado Federal Moacir Micheletto e o Deputado Federal Sperafico. Na última reunião foi feito o Protocolo de Intenções, já estabelecendo a minuta e a constituição do Consórcio Público Intermunicipal para o Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Oeste do Paraná, desses Municípios que eu falei. E os Prefeitos todos tomaram a decisão política acertada, já têm a minuta do projeto, já assinaram e a intenção agora será elaborar os projetos para as Câmaras votarem esse projeto de integração dos interesses comuns para o desenvolvimento regional desses Municípios.

Olha, sinto-me orgulhoso, porque esses Prefeitos tomaram a decisão certa e no momento certo, justamente no começo de Governo. Sinto-me feliz, porque sei das dificuldades que têm os Municípios menores. Muitas vezes o Prefeito tem a melhor das intenções, coloca o melhor Secretário da sua pasta, mas nem sempre consegue atender as exigências necessárias da Caixa Econômica ou dos Ministérios. E agora, com esse consórcio, certamente os projetos que eles vão elaborar em conjunto terão muito mais força política para que tenham liberação de recursos do Governo Federal e do Governo do Estado. Eles agiram em conjunto, a luta dos políticos, dos Deputados Estaduais e Federais será de forma organizada, otimizada e terá certamente mais força. Terão mais força política aqueles Municípios que se articularam nesse consórcio. Parabéns a esses Prefeitos! Certamente fico feliz, porque como é começo de Governo, ele vão ter muito êxito nos próximos anos e se eu pudesse, recomendaria que todos os Municípios que têm características semelhantes se unam e definam aquilo que for estratégico, do ponto de vista do desenvolvimento comum desses Municípios, pactuem entre si e celebrem consórcios para aproveitar mais os recursos humanos, que são escassos na maioria das gestões. Por mais que haja o esforço dos funcionários públicos, nem sempre a exigência do profissional que é necessário para atender requisitos de alguns programas se tem na Cidade e muitas vezes o custo de um funcionário é muito alto para ser pago por uma Prefeitura que tem um orçamento muito baixo.

Portanto, essa visão de gerir por consórcio prosperará e certamente muitos outros Municípios poderão adotar essa modalidade, porque a legislação foi facilitada, o próprio Governo Federal tem estimulado isso e é bom que os Prefeitos novos adotem essa modalidade e aproveitem este ano, que é o primeiro ano de seu Governo, para resolver as formalidades e pactuar por consórcio, para diluir despesas com pessoal e também com equipamentos, dando mais eficiência nas suas gestões.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Pastor Edson Praczyk.

## ***Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)***

**O SR. PASTOR EDSON PRACZYK**

Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, imprensa aqui presente, senhoras e senhores, telespectadores.

Quero iniciar a minha fala também tecendo um elogio, parabenizando a atitude do Governo, a sensibilidade, e porque também não destacar a agilidade em ter enviado a esta Casa de Leis uma mensagem corrigindo o que foi objeto de longa discussão na tarde de ontem. Quero parabenizar e deixar registrado nos Anais desta Casa esse meu posicionamento, porque tenho a certeza que mais uma vez o Estado do Paraná, como referência nacional, sai na vanguarda nessa decisão estendendo a licença maternidade, Deputado Mauro Moraes, tanto ao funcionalismo público, às servidoras civis e também militares, como bem às mães que adotaram os seus filhos. Não poderia deixar passar em branco essa minha opinião.

E por falar em opinião, Deputada Beti Pavin, hoje a Gazeta do Povo, que indiscutivelmente é o jornal de maior circulação no Estado, faz em uma coluna o comentário da entrevista, ou da audiência, que aconteceu com o Ministro Carlos Minc, que inclusive fôra por mim e pelo Deputado Antonio Belinati, criticado por ter participado da marcha da maconha. E alguns entenderam como apologia às drogas, ao crime. Eu particularmente já disse isso e faço questão de ressaltar que também entendo como apologia às drogas, penso que na condição de Ministro, ele, de forma alguma poderia ter participado. E continuarei sendo contra a liberação das drogas, ou da maconha.

Apenas em um ponto eu concordo com o Ministro Carlos Minc: que dever-se-ia também ser proibido, Deputado Dobrandino, a comercialização, ou a legalização do álcool e do cigarro. Bom seria, até porque o cigarro é uma porta de entrada a outras drogas, assim como também é o álcool. E ele em sua defesa, em seu pronunciamento, disse que o álcool por exemplo causa um estrago 25 vezes maior que a maconha. Talvez ele esteja com a razão se olharmos pelo ponto de vista quantitativo, mas não qualitativo, a proporção é muito maior, até porque a pessoa não se limita apenas ao uso da maconha, a tendência é sempre almejar e necessitar de uma dose mais forte, partindo obviamente para todos os tipos de outras drogas muito mais destruidoras. Eu sei disso porque, enquanto Pastor lidei e lido com drogaditos, dependentes de drogas, dependentes químicos, e sei bem o grande estrago que causa a droga num lar, em uma família e para a sociedade como um todo.

Fica aqui novamente o registro da minha posição, enquanto representante de uma boa parcela do povo paranaense, enquanto representante do Partido Republicano Brasileiro, em dizer que obviamente sou contra a liberação da maconha.

Quero também deixar registrado, Sr. Presidente, que parece um paradoxo muito grande, por que o Governo Federal investe tanto em propagandas, propa-

gandas institucionais com o objetivo de reduzir o consumo do cigarro e da bebida. Então se faz tanta propaganda: “O fumo é prejudicial à saúde”. Não existe níveis seguros para o consumo do tabaco, etc.

Então se percebe os danos causados por aquilo que chamamos de drogas legais, que é um problema para a sociedade. De repente vem o Ministro desse mesmo Governo falando a favor de algo tão ou mais pernicioso quanto às chamadas drogas lícitas. Então realmente é uma coisa difícil de entender.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, Deputado Chico Noroeste.

### ***Deputado Chico Noroeste (PR)***

O SR. CHICO NOROESTE

Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, público presente, cidadãos paranaenses que nos assistem nesse momento.

Sr. Presidente, uso a palavra na tarde de hoje para fazer uma prestação de contas daquilo que nós Deputados da Frente Parlamentar, já conseguimos fazer em prol da eleição das Cataratas do Iguaçu, como uma das Sete Novas Maravilhas da Natureza.

Segundo, para percorrer aqui mais um pouco sobre a importância que tem para a Cidade de Foz do Iguaçu, para a Tríplice Fronteira, para o Estado do Paraná e para o Brasil, a eleição das Cataratas.

Portanto, até o momento conseguimos fazer o seguinte:

(Lê):

“Ofício para cada um dos 53 Deputados, solicitando a inclusão de banner e link do site Vote Cataratas no site pessoal dos Deputados.

Inclusão do banner e link da campanha no site da Assembleia Legislativa - [www.alep.pr.gov.br](http://www.alep.pr.gov.br).

Liberação de todos os computadores da Assembleia e dos gabinetes dos Deputados para inclusão do banner e link da campanha, possibilitando a votação tanto pelos Deputados, assessores e servidores da Casa nas Cataratas do Iguaçu.

Reservado o saguão e sala de exposição para instalação de um quiosque da Campanha Vote Cataratas e da mostra de exposição das Cataratas do Iguaçu e da campanha Vote Cataratas.

Gravação do programa Urbanidade, da TV SINAL nesta terça-feira (16), o qual será exibido na próxima quarta-feira (24), às 18h30, e reprisado na quinta-feira (25), às 12h30.

A TV SINAL também já começou a exibir os vídeos institucionais da campanha, de 30 segundos e de sete minutos, na sua grade de programação.

Confirmado com Jorge Pegoraro (Parque Nacional do Iguaçu) da mostra fotográfica das Cataratas do Iguaçu

para os dias 10 e 20 de agosto com o saguão/galeria de exposição já reservados.

Ainda na próxima semana, os Deputados vão receber um kit da campanha - cartazes, banners, flyers, adesivos e panfletos - para distribuição nas bases de atuação por todo Paraná.

Utilizado o Grande Expediente da Sessão Plenária de ontem dia 16 pelo Sr. Felipe Gonzales - Secretário de Turismo de Foz do Iguaçu e Gilmar Piollo - Superintendente de Comunicação da ItaipuBinacional.”

Portanto, Sr. Presidente, tudo isso só foi possível graças à sensibilidade e ao bom senso e a deliberação de V. Exa., por que sabe da importância que tem a Cataratas do Iguaçu ser eleita como uma das Sete Novas Maravilhas da Natureza. A eleição das Cataratas, a escolha das Cataratas será um marco muito importante para as Cidades de Foz do Iguaçu. Colocará a Cidade de Foz do Iguaçu, o Estado do Paraná e o Brasil no roteiro de turistas do mundo inteiro. Significa mais turistas, mais visitantes para a Cidade de Foz do Iguaçu e com certeza com isso irá fortalecer esse segmento. Irá desenvolver mais. Irá crescer mais e certamente redundará na geração de emprego e renda para a população de Foz do Iguaçu e da região.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Edson Strapasson.

### ***Deputado Edson Strapasson (PMDB)***

O SR. EDSON STRAPASSON

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados presentes. Quero, ao fazer uso dessa tribuna, convidar os Srs. Deputados Estaduais para um momento importante que teremos na segunda-feira, no momento de Encontro anual de Trabalho com a Bancada Federal do Paraná e do Grupo Federativo.

Queremos convidar para esse encontro que acontecerá no dia 22, segunda-feira, no Restaurante Dom Antonio, em Santa Felicidade, às 10 horas da manhã, onde será entregue reivindicações do Paraná, para o Orçamento Geral de 2010.

Essas demandas já foram entregues ao Ministro Paulo Bernardo e agora será oferecido aos membros da Bancada Paranaense, como uma forma de subsídio aos Srs. Deputados Federais e Senadores, para reforço da participação do Paraná nos recursos da União.

Essa participação é importante na medida em que as obras incluídas no PAC terão um reflexo muito positivo na geração de emprego e, especialmente, por ser Curitiba, agora, incluída definitivamente como uma das sedes da Copa do Mundo 2014, é fundamental aproveitar essa oportunidade para que possamos promover verdadeiras ações de grande interesse da região, como podemos falar do contorno ferroviário da Região

Metropolitana de Curitiba, a questão do metrô, a questão do Contorno Norte, obras estruturais importantes que o Paraná há muito tempo reclama, além de outras que foram entregues. Evidentemente que através da união dos Deputados Estaduais, dos Deputados Federais, dos Senadores e do Grupo Federativo - coordenado pelo nosso companheiro Rafael de Lala - possamos ter uma conjugação de esforço, realmente, uma eficiência maior, uma articulação maior junto à União em defesa das reivindicações do Paraná.

É importante valorizar essa cultura de esforços porque, muitas vezes, acompanhamos Estados de várias regiões do Brasil que se unem, através de esforços regionais, para conquistar grandes obras. E é importante que toda Região Sul trabalhe em sintonia, que o grupo federativo, realmente, possa se valorizar e possa buscar com relevância uma participação maior do Estado, porque isso contribui com a produção, com a exportação e com a arrecadação de tributos para União Federal e para o Estado.

É importante alertar, ainda, que apesar da crise global e até em função de seus desdobramentos, a conjuntura indica que a solução para a retomada passa pelo investimento em infraestrutura básica, como a construção de rodovias, pontes, enfim, grandes infraestruturas que são capazes de gerar emprego de forma imediata. Precisamos, também, das melhorias tão sonhadas para o nosso aeroporto Afonso Pena, a terceira pista, o novo sistema de segurança e, também, pensar em portos, aeroportos e hidrovias como forma de transporte de cargas, de produção no nosso Estado do Paraná.

Como engenheiro e ex-Prefeito Municipal de Colombo, que é uma Cidade da Região Metropolitana, sentimos essa necessidade. Imagino que o Deputado Rangel, que é Presidente da Comissão de Obras, também. Por meio da Assembleia, poderemos construir uma integração, uma articulação maior para que esta Casa se faça representar com os pleitos regionais, estaduais, em função dessas obras estruturais. Tenho certeza que a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná vai se fazer presente vai colocar suas posições e vai, neste momento, com a presença do Ministro Paulo Bernardo, não poder exigir, mas pedir, reivindicar que o Paraná seja contemplado de forma efetiva, de forma permanente, com investimentos estruturais tão necessários ao Estado, e que somente serão possíveis com a participação efetiva do Governo Federal, por meio de recursos do orçamento federal.

Muito obrigado, Srs. Deputados! Novamente, ratificando o convite para segunda-feira, dia 22 de junho próximo, no restaurante Dom Antônio, às 10h da manhã, com o grupo federativo e a Bancada Federal, para que possamos já estar trabalhando com vista aos pleitos para o orçamento de 2010 da União.

Obrigado, Srs. Deputados.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Com a palavra o Sr. Deputado Artagão de Mattos Leão Júnior.

## ***Deputado Artagão Júnior (PMDB)***

**O SR. ARTAGÃO JÚNIOR**

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, amigos visitantes, senhores e senhoras da imprensa.

Subimos à tribuna desta Casa de Leis, mais uma vez, de forma especial nesta tarde, Sr. Presidente, para somar com os Parlamentares e solicitar apoio a uma reivindicação que temos travado, há bastante tempo, Deputado Bertoldi, com a Secretaria de Segurança. Agora, visualizo o Deputado Romanelli, meu líder, Líder do Governo. Quero pedir sua ajuda numa tratativa que temos travado com a Secretaria de Segurança. Uma fazenda que foi invadida, há três anos. Houve um decreto de desapropriação por parte do Governo Federal, por meio do INCRA, e que não foi cumprido. Venceu o decreto, que tem validade de dois anos, e é natural que durante esse período não poderia ser feito nada pela Secretaria de Segurança. Esse decreto, de validade de dois anos, foi datado de 1º de dezembro de 2006. Então, a fazenda foi invadida antes disso, em 2006, Fazenda Videira, situada no Município de Guairacá e Terra Rica, ela abrange áreas dos dois Municípios.

O decreto de desapropriação feito pelo INCRA, feito no dia 1º de dezembro de 2006, ou seja, 1º de dezembro de 2007, 1º de dezembro de 2008. Portanto, no último mês de dezembro de 2008 venceu o decreto de desapropriação do INCRA. Enquanto tínhamos um decreto em validade, a Secretaria de Segurança estava de mãos atadas, afinal de contas, o INCRA, através desse decreto, tinha dito que essa propriedade estava enquadrada dentre aquelas que havia interesse social e, portanto, seria desapropriada e incorporada ao patrimônio da União e, conseqüentemente, na sequência, seria feita uma reforma agrária naquela propriedade.

O que ocorre? Venceu o decreto de desapropriação. Automaticamente ele não tem mais validade e não pode ser refeito. Parte, a partir dessa data, novamente a ter responsabilidade sobre essa propriedade a Secretaria de Segurança. Tenho solicitado ao Secretário, pessoalmente, através de ofícios, a sua assessoria, pessoalmente, através de ofício, que seja feita alguma providência no sentido de promover a reintegração. É inaceitável uma propriedade invadida há mais de três anos sem um solução. É inaceitável, que o direito de propriedade seja violado com tamanha agressividade e não se tenha uma providência tomada.

Tenho pedido de forma pacífica. Tenho solicitado por vezes pessoalmente, através da minha assessoria, já estive com o proprietário, a justificativa: houve uma demanda em função da desapropriação pelo INCRA. A instância superior, portanto, sendo de responsabilidade, no aspecto jurídico, da alçada federal. Uma vez vencido o decreto ele volta a ser de alçada estadual. Portanto, está dentro da competência e é justamente por isso que solicito ao meu líder, Deputado Romanelli, que seja feita alguma coisa no sentido de solucionar.

É inaceitável que uma propriedade seja invadida, que as famílias tenham prejuízo e que não se tenha uma solução. Se for para fazer a desapropriação, que seja feita, que a família seja indenizada, que os procedimentos burocráticos sejam cumpridos e que a solução seja dada. Mas, uma vez que o decreto feito pelo INCRA venceu, dois anos é a validade do decreto, não se pode mais desapropriar, através do INCRA, uma vez que esse decreto não mais vale e não pode ser novamente feito, é necessário que a reintegração seja feita.

Concluindo, já tivemos, inclusive guerrilhas e mortes acontecendo naquela propriedade entre grupos que se dizem interessados em assumir a propriedade daquela fazenda. A família proprietária não recebe uma comunicação oficial há três anos no sentido de orientá-los, no sentido de confortá-los, no sentido de indenizá-los, ou seja financeiramente, ou seja devolvendo a família à propriedade que lhe é de direito, inclusive, que vem de geração em geração. A área com o reflorestamento e plantio agrícola feito anualmente. Portanto, não é área que se possa fazer uma desapropriação por motivo de reforma agrária. É nesse sentido que faço um apelo ao meu líder, aos demais Deputados, Alexandre Curi e todos aqueles que possam somar, inclusive, a Comissão de Segurança. Porque uma vez que venceu o decreto de desapropriação, não há mais o interesse e nem a possibilidade de desapropriação de reforma sendo promovida nessa área, pelo INCRA. Portanto, é necessário que se solucione esse problema o mais rápido possível.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Sr. Presidente, pela ordem?

(Assentimento)

Apenas dentro disso, que o Deputado na tribuna está colocando, estamos entrando em contato com ouvidor agrário do INCRA, aqui no Paraná, para poder dar uma resposta, porque há uma situação de conflito nessa área.

Fazer um comunicado à Mesa, que estamos indo, com a Deputada Luciana, eu e o Deputado Lemos, a Francisco Beltrão e gostaria que fosse justificada a nossa ausência. Porque em nome da Comissão de Direitos Humanos estamos acompanhando uma audiência, nesta Cidade.

Então, não estaremos presentes amanhã de manhã, na reunião que acontecerá aqui.

Obrigado.

## ***Grande Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Devidamente comunicado.

Com a palavra, no Grande Expediente, Deputado Jocelito Canto.

## ***Deputado Jocelito Canto (PTB)***

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No dia de hoje, acompanhando ainda aquela polêmica de ontem, da questão que envolve a confusão toda aqui, para não ficar mal, nós que somos radialistas temos sempre o dever que a verdade paire. Hoje, a Gazeta do Povo faz uma correção, Sr. Presidente: “Correção: Projeto que acaba com o anonimato em lan houses não foi aprovado.” Ela se justifica dizendo que quem passou a informação foi o Deputado Ney Leprevost. E diz: “A informação da aprovação havia sido confirmada, na reportagem no final da tarde de segunda-feira, pelo Deputado Ney Leprevost”. O segundo Deputado que fez o projeto também disse que não sabia. A respeitada e independente Gazeta, hoje, corrige o erro, dizendo que quem fez o comunicado foi o Deputado Ney Leprevost, que se atrapalhou, não prestou atenção.

Também estão aqui as confusões de ontem, aqui, no plenário e colunista Celso Nascimento - só o conheço por foto, nunca o vi em lugar nenhum - faz tempo que quero conhecê-lo, mas ele é apenas virtual, só é visto no jornal. Ele diz, aqui, que houve briga, confusão, baixou-se o nível e usou o termo beduínos guerreando, nos chamou de macacos da África, parece que a palavra correta é briga de macaco da África segundo o dicionário.

Só queria dizer ao eminente jornalista que o erro não foi desse macaco aqui não, o erro foi da outra macacada, então não foi desse macaquinho aqui o erro, o erro foi da outra macacada, macacada do colo da sociedade, não foi o macaquinho que anda lá no chão não, são os que ficam lá nas árvores mais altas, os que ficam lá em cima, sempre no alto. Os macaquinhos pequeninhos não erraram, só para dizer isso para ele e não tem problema nenhum ser chamado de macaquinho porque um macaquinho é um bichinho tão simpático, não é? É tão bonito ver aquela macaquinha levando o filho no colo, leva e traz, acho tão bonitinho, o macaquinho é um bichinho que só traz alegria para gente, é um bichinho bonito, simpático.

É melhor ser chamado de macaquinho do que de omissos, é melhor ser chamado de macado do que por exemplo, um grande jornal receber milhões e milhões num período trágico da história desse Paraná, um jornal que recebeu milhões e milhões, mas muito dinheiro! Quando esse jornal recebia muitos milhões lá na minha Cidade morriam muitas pessoas porque o Governo não queria credenciar as UTIs da Prefeitura de Ponta Grossa.

Sabem o que dizia o Governador da época, o Sr. Jaime Lerner? Que não tinha recurso, não tinha recurso para credenciar a UTI, que conseguimos em Brasília. Nós íamos lá e ele dizia: “Não tenho dinheiro, não posso credenciar as UTIs”! Daí a Prefeitura com sacrifício foi lá, com recurso próprio e pagou, mas enquanto não tinha a UTI as pessoas morriam porque o dinheiro era desviado para servir alguns meios de comunicação que ganharam

Muito dinheiro no Paraná, mas muito dinheiro e que serviu a alguns, o Paraná foi assaltado! A prova está hoje na mensagem do Governador que vai acertar os precatórios com Alagoas. Isso já acabou, ninguém mais fala, dos macaquinhos da África aqui se lembram todos os dias, mas dos ladrões finos de duas pernas, ninguém fala mais!

Dos meios de comunicação que enriqueceram e que crianças morreram porque não vale dinheiro ninguém fala! Quantas crianças morreram, não tinha dinheiro, o Sr. Jaime Lerner dizia para mim que não tinha dinheiro, mas tinha dinheiro para contentar alguns poderosos da comunicação, poderosos que levaram muito dinheiro e que não publicavam atos oficiais, não senhores, publicavam propagandas do Governo! Propaganda é diferente de atos oficiais, atos oficiais são para divulgar o que está se fazendo, propaganda é para propagar o que o Governo quer!

Ninguém fala, quando morreram as criancinhas nós, os macaquinhos, estávamos lá lutando para salvar uma vida enquanto os macacões, não macacos de pequeno calibre, macaquinhos pequeninhos, os grandes que ficam lá em cima só olhando pegavam um monte de dinheiro do povo do Paraná, mas um monte! Teve alguns que compraram rádio com o dinheiro do Estado, um não, muitos que compraram rádio, rádio sim com o dinheiro do povo do Paraná! Não eram os macaquinhos pequeninhos, os macacões poderosos que atacam e que quando não tem jeito eles inventam histórias.

Adoram pegar no nosso pé aqui, porque que não pegam no dos outros poderes também para publicar. Por que não falam dos cartórios? Agora caiu todos os cartórios aí. Por que não pegam em outras coisas? Queria aproveitar para desejar os meus respeitos a esse eminente jornalista e dizer que ele está cumprindo bem a sua função, muito bem. Queria que ele escrevesse um dia na sua coluna dentro da ética que se aprende na faculdade - que jornalista aprende que tem que ser sempre fiel as notícias - que ele coloque lá na sua coluna, quanto o seu jornal recebeu do povo do Paraná no mandato daquele Governador marqueteiro chamado Jaime Lerner. Quanto? Só isso. Quanto seu jornal recebeu, quanto foi? Vamos corrigir o dinheiro de hoje, vamos ver quanto significa isso?

Mas, também tenho que destacar aqui que na coluna desse jornalista ele escreve uma frase meio feia para um jornalista que diz assim: "Dito por um comedido Deputado..." É um que está aqui, ou que não está aqui e está por aí. Comedido Deputado é um cauteloso, calmo. Fala: "Olha eu vou contar, mas não diga que fui eu". Esse comedido Deputado, que eu não sei quem é, na Bíblia chamaram de Judas. Os cristãos chamam de Judas, disse o jornalista que publicou: "Se cobrir vira circo, se cercar vira presídio, se pintar de branco vira hospital psiquiátrico". Dito por um comedido Deputado, que pediu para não ser identificado, descrevendo o ambiente no plenário da Assembleia Legislativa ontem quando três deputados trocaram desaforos não republicanos. Não foram três, foram mais de três.

Agora, quando roubaram o BANESTADO os republicanos não estavam aqui. Quando pegaram o dinheiro e mataram as criancinhas do Paraná, porque não tinha saúde, onde estavam os republicanos? Não tinha UTI, mas tinha dinheiro para os republicanos da imprensa. E até acho que as vezes eu nesse meu jeito de ser, de falar o que eu sinto, às vezes acho até exagero. Agora quero sempre falar, só não quero me calar, porque calar-me quando deveria protestar transforma homens em covardes. E eu não sou covarde, já cometi erros, fiz um monte de confusão, paguei pelo que não devia, as vezes até tem alguma coisa errada que devo pagar ainda. Mas eu não sou covarde, no meu linguajar não existe a palavra covarde. E o camarada quando tiver que falar diga: fui eu que falei que isso aqui é um circo, que eu falei que isso aqui é psiquiátrico, eu que falei que isso aqui dá cadeia.

Procurar um jornalista e dizer para ele que: "Vou te contar um negócio, mas não publica, não diga que fui eu". Qual é o termo que nós devemos usar para isso. "É isso, mas não diga que fui".

Só queria deixar esse registro, porque essa frase não é minha, é de um grande escritor e as poucas vezes que leio e guardei essa frase. "Calar-se quando deveria protestar transforma muitos homens em covardes".

Volto a dizer, tenho mil defeitos. Algumas qualidades. Mas tem uma que eu não tenho. Se é Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas. No meu linguajar não cabe, com todo respeito a todos a palavra "covardia".

Era isso.

## ***Horário das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Horário das Lideranças: PDT.

(**Declina**)

PMDB.

(**Declina**)

Bloco PPS/PMN - Com a palavra Deputado Douglas Fabrício.

## ***Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício (PPS)***

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, a imprensa aqui presente.

Quero voltar a falar sobre o assunto que tenho cobrado, tenho pedido e falado aqui na Assembleia Legislativa, que é a questão de Segurança Pública. Dia desses andando na região de Jardim Alegre e Ivaiporã participei de uma reunião com os Vereadores e o tema da discussão foi Segurança Pública. Os Vereadores reclamaram, o Prefeito ouviu a população reclamou.

Teve uma senhora que não quis se identificar, e me entregou uma cartinha e nessa cartinha estava colocando uma situação muito grave no Município de Jardim Alegre, com relação à questão de Segurança Pública. O

nosso papel como Deputado é fazer as reivindicações, vir aqui no Parlamento e falar aos demais Deputados, alertar o Governo sobre esses problemas e isso nós fizemos e continuamos fazendo.

Em outras Cidades que visitei conversava com algumas pessoas. No Município de Roncador, é um deles, as pessoas também reclamam da falta de Segurança Pública.

Nós aqui já fizemos um convite e foi inclusive aprovado para que o Secretário de Segurança Pública pudesse vir conversar com os Deputados. Os Deputados, são 54, foram eleitos pelo voto da população para que na Assembleia representasse a população. Dos mais de 10 milhões de pessoas que residem e moram aqui no Estado do Paraná que elegeram 54 Deputados para representá-los aqui na Assembleia Legislativa.

Qual é o nosso papel aqui, representar aquelas pessoas. Representar aquilo que as pessoas estão pedindo e achando que tem que melhorar. O tema que mais ouço em reclamações é Segurança Pública. Falta de policiais, infraestrutura de cadeias, estão superlotadas, com dificuldades muito grandes. Predomina uma pessoa e não têm nem aonde colocar, algumas regiões. Minha região, em especial, se pegar Barbosa Ferraz, a Justiça está interditando a cadeia, porque não tem condições de prender ninguém. Se vai a Araruna, a cadeia está superlotada. E assim poderia andar neste Paraná afora.

Mas, tudo bem. Este é nosso papel, vir aqui cobrar, mostrar o que está errado. Quando estive em Jardim Alegre, algumas pessoas cobraram os Vereadores e a própria população dizendo: “O Vice-Governador, que é daqui da região precisava ajudar mais”. Eu falei: realmente, concordo, acho que o Vice-Governador precisa ajudar mais; não só Jardim Alegre como o Paraná todo. Mas, como ele foi eleito e teve cinco mandatos de Deputado por aquela região, naturalmente que pode - está no Poder, pode ajudar mais.

Até aí tudo bem. Nosso trabalho está sendo feito. Recebo vários e-mails, telefonemas da população, da imprensa local de Ivaiporã. E me encontrei esta semana num evento em Mamborê, com o Vice-Governador. E o Vice-Governador, achei estranho, no início sempre uma pessoa gentil, sempre tivemos um bom relacionamento do ponto de vista de pessoa para pessoa, mas do ponto de vista político ele está num Governo que eu faço Oposição. Desde o primeiro dia do meu mandato, deixei claro que eu estava na Oposição, porque a população me elegeram na Oposição. E vou fazer a Oposição. E a Oposição existe para criticar, cobrar, para mostrar onde está errado. E não para ficar elogiando o Governo.

O Vice-Governador veio de certa forma tirar satisfação comigo. Até achei legal da parte dele, no início. Ele disse que quando comecei meu primeiro mandato ele já tinha cinco mandatos de Deputado. Resumindo: ele é o bom! E eu estou começando com o pé esquerdo. Até pensei que ele estivesse bem informado, porque eu realmente chutei com o pé esquerdo. Quando eu jogava futebol, meu

pé de preferência para chutar e fazer gols, era o pé esquerdo. Escrevo com a mão esquerda. Então, estou começando do lado certo, porque meu lado é o esquerdo.

Mas, fiquei imaginando como é que pode um Vice-Governador que vai assumir o Governo, quer ser Governador, fala em ser candidato, vir chamar a atenção de um Deputado, eleito como ele pelo voto popular. Aliás, não sei se ele pediu algum voto para mim. Acho que não, porque ele não me conhecia. Está me conhecendo agora. Eu pensei: será que vou levar isto ao conhecimento da Assembleia? Fiquei pensando e concluí que deveria levar ao conhecimento da Assembleia.

Hoje recebi muitas ligações, participei de um programa de rádio ao vivo, pelo telefone, lá em Ivaiporã. Ficaram sabendo, me ligaram e eu participei. Depois do programa, alguns telefonemas, dizendo: “Olha, Deputado, continue assim, realmente faça Oposição, porque o Governo prometeu muito para se eleger e está deixando a desejar”. Estou falando do exemplo da Segurança Pública, que é o tema que vejo mais dificuldades. Mas, poderia citar os ônibus, que ficam aqui tomando chuva, parados. E o povo lá nas ruas, nos Municípios, precisando de transporte escolar.

Poderia citar a questão das TVs, lá atrás, que o Deputado Valdir Rossoni denunciou, aqui, para atender à população, e pagaram rios de dinheiro naquelas televisões. Então, acho que temos uma posição muito clara. Meu papel é ser Deputado de Oposição e tudo o que a região precisar, a minha região, que é de Campo Mourão, a região de Ivaiporã, que fica próxima a Campo Mourão, vou cobrar aqui na Assembleia Legislativa. Vou cobrar aqui. Vou cobrar em público. E vou continuar cobrando.

Ele, nosso Vice-Governador falou que eu deveria agradecer a ajuda que o Governo está dando à Santa Casa de Campo Mourão. Pois olha, Deputado Romanelli, quem tinha que agradecer é o Requião, tinha que agradecer de uma parte da população de Campo Mourão ter votado nele, porque ele ganhou apertadinho a eleição. Ele é que teria que ir todo o dia lá em Campo Mourão agradecer os votos que teve, porque ele recebeu 20 mil votos em Campo Mourão, o que dá o dobro da diferença que ele fez sobre o seu segundo candidato.

Pois bem, então vou deixar mais uma cobrança: Campo Mourão precisa melhorar a Segurança Pública, precisa de novos policiais, Araruna está com, a cadeia pública superlotada e o Secretário de Segurança poderia melhorar, o Vice-Governador, que esteve por lá, poderia melhorar se quisesse. Peabiru está com uma cadeia pública reformada vazia, que não vejo a Segurança Pública se mexer para poder transferir presos para lá, deixar de forma que os presos possam pagar as suas penas e em Jardim Alegre a população continua reclamando que só tem quatro ou cinco policiais, em uma Cidade que tinha, há 10 anos, 12 policiais.

E vejo muitas participações do nosso Vice-Governador: se tem festa, lá está o Governador participando da festa, cantando e inclusive me convidou para cantar com

ele em Mamborê e eu falei que gostava daquela música O Menino da Porteira. Só que eu gostaria que abrisse a porteira da Segurança Pública, para melhorar a Segurança Pública do Paraná. É isso o que eu quero e é por isso das minhas cobranças. E vou continuar fazendo as cobranças com muita educação, com humildade, porque é o meu primeiro mandato e fui pedindo voto para as pessoas de casa em casa, uma campanha muitas vezes na sola do sapato, pedindo realmente que as pessoas me ajudassem e eu disse que não trairia o povo, que viria aqui para a Assembleia Legislativa para defender aquilo que coloquei na campanha. E o que coloquei na minha campanha?

Que eu iria cobrar: melhorias para as Santas Casas do Paraná; que eu iria trabalhar para melhorar a Segurança Pública do Paraná; para que a nossa Região de Campo Mourão tivesse um representante, porque até então não tinha; O que eu iria cobrar, que a nossa região ainda precisa de universidade estadual., o que não tem, sendo que tem apenas uma faculdade e que iria cobrar para que o Governo atendesse a questão da agricultura no Paraná. Destaco esses cinco pontos e vou continuar cobrando. Pode me chamar a atenção o Requião, pode vir o Pessuti, pode vir qualquer um que tenha mandato me chamar a atenção, mas estou do lado do povo, porque quem devem me chamar a atenção é o povo, porque estou aqui representando a população. Por isso, podem continuar contando comigo todos os Municípios do Paraná, que querem que esta Casa tenha representantes cada vez mais dignos. Podem continuar contando comigo, porque vou defender a população do Paraná.

E, para finalizar, as discussões que acontecem nesta Casa acho perfeitamente normais, porque cada um aqui pensa de um jeito, pensa de forma diferente e foi eleito para realmente falar aquilo que pensa e aquilo que a população precisa.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, no horário do DEMOCRATAS, com a palavra o Deputado Plauto Miró Guimarães.

### ***Liderança do DEM: Deputado Plauto Miró***

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Venho à tribuna no dia de hoje para poder deixar registrado a vontade e a intenção de voto dos residentes, moradores e eleitores do Município de Ponta Grossa. Dias atrás, pesquisas de opinião pública foram feitas naquela Cidade e fica claro para todos nós que aqueles que têm uma posição contrária ao atual mandato estadual, vem despontando nas pesquisas de opinião pública no Município de Ponta Grossa. Tivemos duas pesquisas que lá foram feitas, e as duas pesquisas confirmaram a von-

tade da população do Município de Ponta Grossa, foram colocados, Srs. Deputados, aqueles pré-candidatos a Governo do Estado. Não está decidido, porque se decide no dia da convenção quando os nomes que vão disputar uma eleição são oficializados. Até lá muitas coisas podem acontecer, podem os pré-candidatos acabarem mudando a sua vontade, optando por uma outra candidatura.

Mas aqueles que hoje estão com os seus nomes colocados como possíveis candidatos, têm os seus nomes participando de pesquisas de opinião pública. E lá no Município de Ponta Grossa um instituto respeitado, Instituto Paraná Pesquisas, fez uma pesquisa ainda neste mês, mês de junho, e apontou Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Beto Richa como líder da pesquisa, com mais de 46% de intenção de votos.

Fez parte dessa pesquisa quatro nomes, do Senador Osmar Dias, do Vice-Governador Orlando Pessuti, e também do Ministro Paulo Bernardo, e o Beto Richa lidera a pesquisa de opinião pública lá no Município de Ponta Grossa. Estou falando aqui porque essa pesquisa, Sr. Presidente, e Srs. Deputados, foi divulgada pelos meios de comunicação da nossa Cidade, a pesquisa do Paraná Pesquisas foi divulgado no Jornal Diário dos Campos; e a pesquisa da Exata foi divulgada no Jornal da Manhã. E essa pesquisa do Instituto Exata, que também teve o Beto Richa como candidato, o Senador Osmar Dias, o Pessuti e o Paulo Bernardo, também colocou o Beto Richa como líder com 47% das intenções de voto.

Isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, deixa bem claro que a vontade do paranaense é de mudar, que a vontade do paranaense é de trocar o grupo que comanda o Estado do Paraná. E a Cidade de Ponta Grossa como uma Cidade do interior do Estado, deixa bem claro que a sua vontade é ver nas próximas eleições a mudança do grupo que comanda o Estado do Paraná. E espero ver no decorrer desse tempo que, tanto o Beto Richa Prefeito de Curitiba - que coloca-se na possibilidade de uma disputa eleitoral - quanto o Senador Osmar Dias, que os dois fazem parte de uma mesma linha de pensamento e que estiveram juntos nas últimas eleições, quando lá, o Osmar Dias foi candidato a Governador, o Prefeito de Curitiba na época apoiou o Senador Osmar Dias para o Governo do Estado do Paraná. Como também nas últimas eleições, vimos todo aquele grupo que esteve apoiando a candidatura do Osmar Dias para o Governo, apoiando o Beto Richa para Prefeito de Curitiba, e que teve uma vitória expressiva, onde um grande número de curitibanos colocou o Beto Richa novamente como Prefeito da Capital. O que nós desejamos? Um entendimento entre o Prefeito de Curitiba, Beto Richa, e também o Senador Osmar Dias.

Deixo registrado a nossa vontade, e garanto que é a vontade da grande maioria daqueles que tiveram juntos na eleição de Governador, como também ajudando na eleição do Beto Richa no Município de Curitiba, porque naturalmente é uma vontade daqueles que compõem uma linha de pensamento, uma corrente política, que tiveram juntos contra o atual grupo que comanda o Estado do



Paraná. Deixo registrado: nas duas pesquisas de opinião pública o Beto Richa lidera na Cidade de Ponta Grossa a vontade e a intenção de votos dos ponta-grossenses para Governador do Estado do Paraná.

**O Dr. Douglas Fabrício (PPS)**

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Deputado Plauto, é um assunto importante o que V. Exa. traz, nesta tarde, imaginando o futuro do Estado do Paraná. Não tenho nenhuma dúvida que se continuarmos com essa aliança que tem PPS, que tem PSDB, que tem o Democratas e que, também, participou dela o PSB aqui em Curitiba e, em alguns outros Municípios, será uma aliança muito forte para que tenhamos um candidato único à Governador do Estado do Paraná. Também torço e trabalho para que tanto os dois Senadores Osmar Dias e Álvaro Dias e o Beto Richa estejam unidos em torno de um nome só.

Hoje, as pesquisas apontam o nome do Beto Richa. Isso é um sinal de que pode ser o Beto Richa o candidato. Claro, em segundo lugar, pelas pesquisas que vejo, às vezes, aparece o Álvaro Dias, às vezes, aparece o Osmar Dias, mas o mais importante que as próprias pesquisas é, realmente, que esse grupo sente, discuta e que caminhe unido, como somos na Oposição. Caminhemos unidos para a eleição de Governador no ano que vem, porque quem está na situação hoje, é o PMDB aliado com o PT, e eles terão seu candidato. Nós, neste grupo em que participamos, devemos ter um candidato só. Da minha parte, torço que ou Beto Richa ou Álvaro Dias ou Osmar Dias seja um apenas candidato a Governador. Tenho certeza que é isso que os paranaenses esperam.

**O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM)**

Agradeço seu aparte, Deputado Douglas. Para mim é bem claro: a tendência que as pesquisas apontam mostram que a mudança chegou e que, no caso de Ponta Grossa, o Beto Richa lidera as pesquisas de opinião pública, seguido do Senador Osmar Dias. Então, é claro que a vontade é de mudança e, na união desses que já estiveram juntos em duas candidaturas, pode estar aí uma vitória que acontecerá no primeiro turno das eleições, de acordo com aquilo que as pesquisas mostram.

Aguardaremos o tempo passar para que possamos chegar até junho do ano que vem, que é o prazo das convenções partidárias, com um nome, para que possamos disputar as eleições e naturalmente, ser o próximo Governador do Estado do Paraná, em cima de um plano de Governo, de um projeto de Governo, de uma ampla discussão com toda sociedade do Paraná, para que possa colocar esse seu projeto em ação, no Estado do Paraná, com um plano de Governo equilibrado, que venha ao encontro do anseio e da vontade de toda população do nosso Estado.

**O Sr. Jocelito Canto (PTB)**

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Deputado Plauto, a pesquisa mostra o momento. Quando começou a eleição para Prefeito, eu mesmo estava lá na frente e depois, “fui para o beleléu”. Isso é assim mesmo. Pesquisa mostra o momento.

Agora, V. Exa. fala da questão que o Governador não está bem em Ponta Grossa. Quem é o Senador preferido em Ponta Grossa, hoje, segundo essas mesmas pesquisas? É o Requião, líder absoluto nas pesquisas. Então, quando o Requião é candidato ele é o líder. V. Exa. sabe que o Prefeito Wosgrau é um apaixonado pelo Requião, até pelo elevado número de obras que o Governador Requião tem levado à Cidade. Então, esse tema é apaixonante, esse negócio de eleições, de pesquisa, mas não tenho dúvida de que pesquisa é o momento. Daqui a pouco, tudo muda.

O Beto e o Osmar são gente boa, Pessuti também, vai ter muita água para rolar debaixo dessa ponte. E tem que ter cuidado, Deputado Plauto. Temos que ter um cuidado porque, daqui a pouco, as águas se misturam e todos partem rumo ao mar juntos.

**O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM)**

Claramente, os números não mentem. Ponta Grossa mostra que vê no Beto Richa o próximo Governador do Estado do Paraná. Quem sabe até, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para que ele leve essa boa administração que, como Prefeito de Curitiba, ele faz para os nossos Municípios, lá no interior do Estado do Paraná.

Agora, o que é bem claro para mim, Deputado Jocelito, é que a população do Paraná mostra que quer mudar porque, em primeiro lugar, lá está Beto Richa e, em segundo lugar, o Senador Osmar Dias, os dois que têm uma posição contrária ao atual mando no Estado do Paraná.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Próximo orador inscrito é o Deputado Antonio Belinati.

***Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati***

**O SR. ANTONIO BELINATI**

Nobre Deputado Nelson Justus, Deputado Jonas, Deputado Scanavaca, Deputadas, Deputados, visitantes e paranaenses que acompanham pela Rede MERCOSUL e pela TV SINAI as transmissões desta Casa de Leis.

Inicialmente, quero agradecer a Prefeitura de Ivaiporã que está convidando a todos nós para a abertura oficial do 23º Jogos do Paraná, dia 19 de junho, às 07h30, em Ivaiporã.

Do Prefeito de Sabáudia, Cidade muito bem representada aqui pelo Deputado Waldyr Pugliesi. O Prefeito

nos convida, como está convidando a todos os Parlamentares para a inauguração do Parque Industrial de Sabáudia. Parabéns ao Prefeito Almir Batista dos Santos, aos Vereadores e ao povo de Sabáudia por essa grande conquista.

O Governo continua insistindo na construção da Usina de Mauá, que fica entre Ortigueira e Telêmaco Borba. A população continua bronqueada com o estrago que isso vai fazer nos ribeirões, nas nascentes e, inclusive, no próprio rio Tibagi, de onde sai quase que toda água consumida pela população de Londrina. Infelizmente, com a edificação dessa usina que hoje não é tão prioritária, porque o Paraná não está, Graças a Deus, com falta de energia elétrica, essa usina poderia ser melhor planejada, mas pela insistência das nossas autoridades, ela vai ser construída e é imprevisível o que vai acontecer com a saúde da população que consumir água, principalmente do rio Tibagi.

Recebo do Sindicato Rural de Iporã, do Presidente Antônio Salvador, e do produtor rural Diogo Antônio dos Santos, manifestação sobre a mudança do Código Florestal. Foi feita uma reunião dos produtores de alimentos para tratar desse assunto. E todos os produtores rurais acharam que as propostas para a mudança do Código Florestal apresentadas por algumas entidades são demais tímidas, não resolvem os problemas do nosso Brasil.

Tenho aqui, Deputado Luiz Carlos Martins, do grande jornalista, inclusive, da consagrada Banda B, o Fábio Campana, do seu blog, um assunto lamentável que ocorreu hoje pela manhã na Capital do Paraná em uma rádio que tem uma grande força, uma grande repercussão, principalmente na elite, aqui, da Capital e da região, que é a Rádio CBN, que recebeu ali a visita de um Vereador. O Vereador foi questionar sobre um livro editado por um grande escritor Dalton Trevisan, escritor da nossa terra, e que escreveu uma obra, esse livro adquirido pelo Ministério da Educação e Cultura e está sendo distribuído nas escolas. Mas, um livro que, infelizmente, contém algumas expressões que consideramos totalmente pornográficas.

E o pai, a mãe, a família, quando vê o seu filho e a sua filha na escola, naturalmente, está com a convicção de que na escola, aquela criança, aquele adolescente, está aprendendo alguma coisa de bom, para se preparar e se garantir para o futuro. Porque nos dias atuais, apenas o diploma de curso superior não está resolvendo mais nada, se a pessoa não tiver competência, se não for um bom médico, uma boa enfermeira, um bom dentista, advogado e arquiteto e por aí fora. A pessoa tem que ter diploma do ensino superior, mas tem que ser competente na profissão que abraçou. A base de tudo isso é a escola. De repente, o nosso adolescente vai para a escola e lhe dão um livro comprado com dinheiro arrecadado do suado imposto pago, muitas vezes com sacrifício, por milhares de brasileiros.

Muitas pessoas fazem um enorme sacrifício, para poder pagar os tributos ao Governo. Há mais de 2 mil anos, quando perguntaram a Cristo, sobre o tributo

cobrado pelo Império Romano, o que Ele respondeu? “Dai a César o que é de César!” Cristo não deixou a lição para sonegar e para não sonegar o Império de Roma. Esse dinheiro do imposto que faz tanta falta, para resolver o problema do portador de deficiência, da falta de hospitais, de UTI, de grandes obras públicas, para aliviar a dor das camadas mais pobres, dos idosos e para melhorar a vida dos aposentados, que recebem uma mixaria. Vemos com tristeza, uma boa parte desse dinheiro sendo usada pelo Governo de Brasília, para admitir um livro, fazer a sua distribuição na escola. O escritor Dalton Trevisan tem muito mérito, mas esse livro dele não deveria ser distribuído na igreja e na escola. O seu livro é chamado Amor à Brasileira e é destinado aos alunos do ensino médio. O Vereador pediu permissão para questionar o conteúdo, foi transmitido ao vivo pela CBN, uma rádio de peso, aqui, no Paraná.

Esse livro que é pornográfico, faz com que as famílias, que estão nos acompanhando, meditem que tipo de cultura esse livro traz ao nosso adolescente, a nossa juventude do Paraná e do Brasil. O conteúdo deste livro tem tanta coisa pesada e tanta besteira e pornografia, que não tenho coragem de ler. Nesta rádio, isso foi lido ao vivo. Não tenho condições de repetir, aqui, o conteúdo de baixíssimo nível. O que um livro escrito com tanta besteira vai ajudar os adolescentes, nas escolas? O pai compra livro, caderno e material, para o filho aprender pornografia na escola? Não. Então, com o devido respeito a esse escritor paranaense Trevisan e a crítica contundente à infeliz autoridade do Governo do Presidente Lula que usou o dinheiro público, usou o dinheiro do povo para espalhar pelas escolas do Brasil um livro de conteúdo apenas pornográfico e de besteira e mais besteira!

É essa, Presidente Nelson Justus, a nossa preocupação como pai, como chefe de família, vai ter gente que vai me criticar: “O Belinati é retrógrado, é do tempo antigo, o que é que tem distribuir para os alunos das escolas um livro cheio de besteiras?” Mas meu Deus do Céu, com o que vai contribuir isso para o presente e para o futuro, para a formação educacional, cultural, profissional dos nossos adolescentes e dos nossos jovens? E a tristeza maior é saber do uso inadequado e de maneira inconveniente, afrontosa às famílias que têm dignidade neste País, distribuir esse livro chamado Amor à Brasileira que nada constrói, apenas destrói a formação do adolescente e do nosso jovem brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No horário do PT com a palavra o Deputado Elton Welter.

***Liderança do PT: Deputado Elton Welter***

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, demais Deputados.

Em nome da Bancada do PT queria deixar registrado que nós queremos comemorar os 13 anos do ECA que será no mês de julho e já em função do calendário no mês de agosto a Bancada do PT promoverá um seminário para discutir os direitos da criança e do adolescente que estão albergados no Estatuto da Criança e do Adolescente e seu possível aperfeiçoamento. Vamos reunir gestores, legisladores, especialistas da área para diagnosticar como aperfeiçoar a Lei do Estatuto da Criança e do Adolescente. Será no mês de agosto e a bancada discutirá este tema com profundidade, envolvendo a sociedade que trabalha com o tema que é importantíssimo para discutir as políticas para a criança e o adolescente.

Também esta bancada, está discutindo com profundidade, o Deputado Péricles, o Deputado Tadeu Veneri, eu como Deputado no meu primeiro mandato fiz uma emenda na LDO e agora a bancada está estudando, e pretende apresentar um projeto para regulamentar a Defensoria Pública no Paraná e garantir o direito às pessoas menos abastadas no Paraná. O Paraná é um dos poucos Estados que ainda não têm esse benefício para as pessoas que não têm acesso à Justiça. É fundamental que este Poder Legislativo discuta esta temática e nós esperamos que se consiga apresentar um projeto aqui que possa prosperar e implementar essa política, a questão da Defensoria Pública para as pessoas que não têm acesso à Justiça.

Sr. Presidente, venho a essa tribuna para dizer que reconheço que o Governador Requião se sensibilizou no projeto dos 180 dias para as mulheres servidoras públicas. Quero dizer, Sr. Presidente, até gostaria da atenção de V. Exa., não se discute aqui a paternidade ou a maternidade do projeto, importante que a lei seja implementada, que haja uma política de atenção para as mulheres e ter este benefício estendido a todas as servidoras públicas.

O que eu gostaria muito, Sr. Presidente, que na medida que esta Casa instituiu comissão especial para discutir, elaborou um parecer devidamente fundamentado, esta Casa já votou por uma vez e o Governador se sensibilizou e mandou a proposta para esta Casa através de projeto de lei e também já retificou o projeto para ampliar o benefício. É um avanço. Vejo que as duas propostas podem caminhar juntas. Por quê? Na medida que é uma PEC, PEC é uma emenda a Constituição que tem tramite diferente de projeto de lei. PEC dá garantia para que se no futuro algum Governador quiser sustar a lei, que o próprio Governador mandou para cá, ela pode ser sustada. E uma PEC é diferente, porque ela vai para a Constituição. A regulamentação remeteria pela PEC ao Poder Executivo, por isso fizemos por PEC, por isso que é competência desta Casa.

Diria, Sr. Presidente, e faço esse pedido a V. Exa. analise com as pessoas, com a consultoria desta Casa, com a Procuradoria desta Casa que pode tramitar a PEC e o Projeto do Governador. Porque uma não impede a outra, porque esta Casa já avalizou pelo parecer dos

representantes dos Deputados indicados pelas lideranças partidárias, este Plenário já se manifestou pela sua admissibilidade e faltou um turno da sua votação. Portanto, defendendo a tese de que se vote junto a PEC com o Projeto do Governador. E quero fazer mais um pedido ao Governador, ele que é a pessoa pública do Estado, que é conhecedor das leis também, o Governo Federal fez a lei e estendeu a iniciativa privada.

Seria importante que o Governador do Estado, com esta Casa puxasse uma articulação junto com a iniciativa privada para que esse benefício seja estendido para a iniciativa privada também através da lei federal. Porque a lei federal já permite que a iniciativa privada faça a adesão para os dois meses a mais. A iniciativa privada recebe o incentivo de pagar menos imposto de renda para aderir aos 180 dias. Isto está na lei e é importante que se discuta com profundidade. O Governo pode assumir essa bandeira no sentido de divulgar isso para a iniciativa privada, haja vista que o Estado não pode legislar sobre isso. Mas a lei federal, já existe e há o benefício fiscal contemplado na lei para que possamos estender este benefício inclusive para as trabalhadoras mães que estão na iniciativa privada, e os empresários serão beneficiados pelos incentivos fiscais previstos na lei.

Por isso, acredito que o Governo pode trabalhar e articular com o setor privado, esta Casa também pode divulgar isso para que a iniciativa privada faça a adesão a esta lei para que as trabalhadoras do setor privado também sejam atendidas. Vejo que é um avanço nesse processo, vejo que é possível fazer tramitar a PEC e o Projeto de Lei, porque a PEC não atrapalha o Projeto, o Projeto regulamenta a PEC. A PEC foi feita por esta Casa exatamente para garantir esse direito e que depende de regulamentação do Poder Executivo. Por isso, que fizemos por PEC e não tomamos a iniciativa por projeto de lei.

#### **O Sr. Marcelo Rangel (PPS)**

Queria dizer que não importa a paternidade, o projeto é muito importante e antes tarde do que nunca. Já poderia estar em vigor, mas se está voltando para a Assembleia e se temos a oportunidade de votar para darmos esse benefício a todas as mães, temos que votar imediatamente, independente da Paternidade. Mas, gostaria de dizer a V. Exa. que recebi um e-mail. E esse e-mail foi muito importante para que possamos formular uma emenda. E já fiz uma emenda a esse projeto de lei. O e-mail é da Sra. Adriane Machado.

**(Lê):**

*Olá Marcelo. Estava com seis meses de gestação e a minha filha nasceu nessa fase, atualmente se encontra na UTI neonatal para cuidados intensivos e especiais. Portanto estou passando a minha licença-maternidade - quatro meses - dos quais já se passaram dois meses e o contato mãe e filha fica apenas nas três visitas e o aleitamento via sonda. Gostaria de colocar essa realidade, para rever alguns conceitos e nesse caso ocorrer*

*mudança da licença-maternidade no seu tempo, especialmente para muitas mães que logo voltam a trabalhar sendo que muitas vezes o filho acabou de sair de uma UTI neonatal. Ficamos divididas pela necessidade de trabalhar e também por ter um bebezinho que ainda requer cuidados especiais mesmo depois de sair do hospital. É uma realidade de muitas mães e da qual hoje pertencem; e gostaria que fosse reavaliada essa questão da licença para mães que têm seus bebês fora da época e que necessitem ficar na UTI neonatal. Agradeço pela sua atenção.*

Estou fazendo uma emenda a esse projeto que acho que é de grande importância. No caso de recém-nascidos com complicações: o tempo de estadia na UTI neonatal ou em incubadoras para cuidados intensivos e essenciais desses, será acrescido no tempo da licença-maternidade.

Gostaria de pedir o apoio de V. Exa. e dos nobres Pares, aqui da Assembleia Legislativa.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Obrigado pelo aparte. Sr. Presidente, o desejo desse Deputado e sem sombra de dúvida de todos os Pares dessa Casa, que essa matéria tramite o mais rápido possível, haja vista que as mães, funcionárias públicas estão entrando na Justiça, para pedir esse benefício com base na isonomia em função da lei federal que já existe.

Portanto, não tenho dúvida que V. Exa., colocará na pauta, o mais rápido possível e se as emendas que forem apresentadas forem para aperfeiçoar o projeto, acredito que esta Casa acatará as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito com a palavra o Deputado Reni Pereira.

### ***Liderança do Bloco PSB/PRB/PV: Deputado Reni Pereira (PSB)***

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, visitantes.

Agora há pouco cheguei atrasado à Assembleia, estava no Tribunal de Contas, Deputado Marcelo Rangel, acompanhando o Prefeito. Acho que uma das funções do Parlamentar é também, quando solicitado pelos Prefeitos e Vereadores sermos parceiros. Afinal de contas quando precisamos de votos para nos elegermos, são eles que nós procuramos. Também não podemos negar um auxílio quando eles vêm à Capital, procurar muitas vezes uma certidão negativa para liderar recursos para os seus Municípios.

Então estava, Deputado Jocelito Canto, acompanhando o Prefeito de Roncador no Tribunal de Contas e, quando aqui cheguei, entrei pelo departamento da imprensa e fui surpreendido por duas mensagens. Fiquei muito feliz, e quero aqui primeiramente elogiar a atitude

do Governo de ter, na data de hoje, encaminhado a Mensagem nº 045, ao Presidente Nelson Justus o projeto de lei que concede também 180 dias. Ou seja, mais 60 dias em relação aos quatro meses a licença gestante para as servidoras militares. Mais feliz ainda que já adiantou uma outra ilegalidade, Deputado Elio Rusch que poderíamos estar votando esse projeto, que é estendendo esse benefício ao caso de adoção. Por que a lei hoje, já diz que as mães adotivas têm os mesmos direitos das mães que têm todo o processo de gestação de seus filhos.

Fico feliz quando, ontem, usei essa tribuna e durante a Sessão da CCJ também, que nós levantamos essa questão, deixamos bem claro que não era uma questão pessoal. Até quem levantou inicialmente o Deputado Fernando Scanavaca.

Então, dizer que realmente temos um papel muito importante e não é aqui querer contraditar tudo que o Governo manda, eu estou aqui elogiando. Contraditei sim, aquela mensagem que veio sem estender o benefício às militares e, não contraditei sozinho. Tive o apoio até dos Deputados da base. Lembro na CCJ o Deputado Caíto Quintana disse: “Olha realmente temos que ver isso.”

O próprio Líder do Governo, que imediatamente ligou para a Secretária de Administração de maneira de buscarmos essa correção dessa falha que tinha na mensagem.

Então está aqui o meu reconhecimento e tenho certeza, Deputado Elio Rusch, que essa Mensagem assim como a que nós relatamos ontem, na CCJ, o Deputado Douglas Fabrício, ela será aprovada por unanimidade, nesta Casa, por que se trata de um benefício para as servidoras públicas do Paraná. Esta Casa nunca negou a se votar benefício.

Com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Só queria dizer a V. Exa. que acho que o Deputado Welter tem toda razão e a Bancada do PT. Acho que deveríamos votar um projeto que nasceu aqui na Casa. Acho que o Governador como bom democrata que é, deveria retirar o seu projeto para valorizar a iniciativa que partiu primeiro aqui da Casa.

Quero dizer que votarei com o PT e com toda a bancada nesse projeto, porque nasceu daqui e até daria a sugestão, que o Governador que respeitasse a Bancada do PT e retirasse o projeto dele, que a ideia nasceu primeiro daqui.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Quero dizer que eu voto para que venha o benefício mais rápido aos servidores do Paraná.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Quero esclarecer que o projeto mais antigo que tem nessa Casa, salve equívoco, é de minha autoria estendendo a licença-maternidade para seis meses. Mas infe-

lizmente, somos da bancada minoritária, a gente apresenta a ideia, alguém vem pega carona. Mas o importante é estender seis meses de licença-maternidade à mãe que adota uma criança, à mãe servidora, à mãe policial militar. O objetivo é a nossa contribuição.

Obrigado.

#### O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Aí está estabelecida a dúvida, e o Deputado Antonio Belinati, se não me falha a memória, já faz mais de anos que apresentou esse projeto, e já fica a confusão de quem é o pai da criança. O que temos é que levar o benefício para as mães das crianças e, a maneira mais eficiente vamos votar e aprovar por unanimidade.

A segunda mensagem que recebi também da imprensa, e fiquei surpreso e assim como o Deputado Durval Amaral também o fez. A nossa explanação é que aparentemente se trata de um bom negócio para o Estado do Paraná. Mensagem do Governo do Estado pedindo autorização para firmar contrato com o Estado de Alagoas quitando a dívida do Estado de Alagoas por R\$ 6 milhões. E aparentemente, olhando a proposta do Estado de Alagoas realmente se tratava de uma vantagem. Na sequência, procurei o nosso líder aqui que arquiva todas as prestações de contas do Governo do Estado, já que não temos a última e o nosso líder nos passou aqui a prestação de contas, que foi feita no mês de março.

Aqui está o saldo das dívidas, que o Estado do Paraná tem em relação a esses contratos de abertura de crédito de compra e venda de títulos. Ou seja, esses precatórios têm que incluir o Estado de Santa Catarina, Alagoas, Osasco e Guarulhos. A grosso modo, o que temos é o valor original dessas quatro dívidas que era de 456 milhões, Temos também que o Estado do Paraná, contabiliza na sua Coordenação de Administração Financeira um saldo devedor, portanto, uma dívida a receber em 2012, que em 31 de dezembro do ano passado estaria em 1 bilhão 224 milhões. A grosso modo, teríamos aqui basicamente em oito anos triplicado a dívida. E o Deputado Durval Amaral, numa equação de regra de três, chegou que esses 106 milhões sem os juros e os encargos significariam hoje em torno de 280 milhões.

Está aqui mais uma questão, que aparentemente estaríamos votando uma autorização para um bom negócio para o Estado do Paraná. Temos que ir a fundo para ver se não estamos aqui antecipando aí três anos e perdendo em torno de 300 milhões de algo que o Paraná teria a receber em 2012.

Essa é a função da Assembleia. Não quero aqui dizer que não é um bom negócio para o Estado do Paraná. Mas com base nesse demonstrativo que o Elio Rusch me passou, e na conta que o Deputado Durval Amaral fez rapidamente, temos que pedir detalhamento da dívida do Estado de Alagoas para com o Paraná. Até porque, tínhamos aqui contabilizado a dívida de Pernambuco lá atrás e o Estado de Pernambuco já pagou o Estado do Paraná acrescido de juros e tudo o mais.

Agora essa Mensagem aqui o Governador manda que o pagamento será de 106 milhões, correspondente ao saldo devedor original, excluídos os juros e encargos.

Então, temos que realmente ponderar bem esta votação, até porque é o interesse do Estado do Paraná que está em jogo e são muitos milhões de reais.

#### O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

A dívida de Osasco, Guarulhos, Santa Catarina e Maranhão, na época, era de R\$ 248 milhões. Agora, não estamos pagando a dívida originária quando pagamos perto de 80 milhões por mês por conta da dívida do empréstimo para sanear o BANESTADO. Estamos pagando com juros e correção monetária. Este dinheiro é suficiente, que se paga mensalmente, para construirmos 4 mil casas populares todos os meses. Agora, receber valor originário, sem juros e nem correção, não quero me manifestar agora, nem a favor nem contra, mas é preciso que possamos refletir sobre esta matéria.

Disponibilizo a V. Exa. um trabalho feito na época da CPI do BANESTADO, aonde nós abordamos detalhadamente estes créditos, onde tivemos a parceria de muitos Deputados e temos que buscar na história daquela época, sobretudo a Comissão de Fiscalização e Controle, que temos aqui muitos dados. Então, vamos discutir esta matéria com muita atenção. Eu compartilho do pronunciamento de V. Exa.

Muito obrigado.

#### O SR. ELIO RUSCH (DEM)(Pela Ordem)

Deputado Reni Pereira, se V. Exa. desejar usar o horário da Oposição, nós lhe cedemos e pedimos um aparte logo a seguir.

### *Passa a usar o horário da Liderança da Oposição*

#### O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Uso, então, até porque o assunto justifica. Quero registrar que tão logo recebi esta mensagem por parte da imprensa, procurei o Líder do Governo e ele está, inclusive, justificando a ausência dele no Plenário. Já está buscando informações. Assim como fez ontem em relação à lei das gestantes. Este dado que o Deputado Neivo Beraldin levanta é importante, que o Paraná assumiu e está assumindo uma dívida e todo mês ela sofre elevações galopantes. Começou miúda, já está com mais de 60 milhões e nós temos que honrar esta dívida, independente de quem seja o próximo Governador. O atual Governador chiou, chiou, mas está lá, vamos ter que pagar, não tem para onde correr.

Agora não podemos, sem os devidos esclarecimentos, autorizar este negócio, até porque é interesse do Estado do Paraná. Não é interesse deste Governador, do ex-Governador Jaime Lerner, do futuro Governador. É o Estado do Paraná, porque o contrato vence em 2012. Pelo montante, em 2012 chegaríamos perto de 400 milhões.

Se eventualmente estamos trocando uma dívida de quase 400 milhões, daqui três anos, por 106 milhões agora, não é um bom negócio para o Estado do Paraná. Agora, se for um bom negócio, temos que votar conscientes. É muito importante que se frise isso mesmo. Deputado Neivo Beraldin, o Estado do Paraná não tem perdão de dívida, nem por parte da Secretaria do Tesouro Nacional, nem perdão de juros nem perdão de coração. Tem que pagar exatamente aquilo que foi pactuado na privatização.

Estes títulos foram impostos ao Estado do Paraná. E porque o Paraná tem que dar desconto nestes títulos? Acho que vale a mesma regra em relação ao recebimento.

**O Sr. Elio Rusch (DEM)**

Gostaria de parabenizar o Deputado Reni Pereira, pelo pronunciamento que faz na tarde de hoje, em relação à Mensagem Governamental que chegou a esta Casa, por parte do Governo do Estado, propondo a quitação com o Estado de Alagoas, destes tão famosos títulos podres, tão falados, tão propalados aqui na Assembleia Legislativa e no Paraná todo. São um tanto de Alagoas, de Santa Catarina, Guarulhos e Osasco. São os quatro entre Municípios e Estados.

**O SR. RENI PEREIRA (PSB)**

Tinha mais Pernambuco, mas que já pagou. Pernambuco, que foi tão criticado, foi o primeiro a pagar, antes mesmo do prazo.

**O Sr. Elio Rusch (DEM)**

Pois é! Mas, veja uma coisa, Deputado Reni Pereira. Agora, somos colhidos até de certa forma de surpresa, embora esse seja o trâmite normal aqui na Assembleia Legislativa, sendo que vem essa mensagem governamental e vai tramitar nas comissões. Acho que cabe a nós, Deputados, fazer uma investigação e solicitar todas as informações que são necessárias.

Ora, se Pernambuco pagou, como é que pagou? Pagou a dívida original ou corrigida? Quanto pagou? Foi parcelado ou não?

Alagoas já pagou uma parte? Se está pagando, quanto está pagando? Quanto corresponde esse precatório de Alagoas, que deve ao Estado do Paraná, corrigido com TR, com juros e outras coisas mais?

O que vamos fazer na Assembleia Legislativa? Não podemos, única e exclusivamente, aprovar essa mensagem, sem ter esses elementos que são necessários para que até a sociedade do Paraná fique sabendo. Quer dizer, se falou tanto da dívida podre ou dos títulos podres prestes a vencer e nós estamos hoje em 2009 e esses títulos vão vencer em 2012. Faltam três anos. Em três anos, quanto vai render isso aí? Agora, o Governo vai querer engordar o seu caixa e apenas trazer para si a dívida principal sem a correção? Acho que cabe à Assembleia Legislativa e aos Deputados, sendo não se trata de uma questão de Oposição ou de Situação, mas é uma questão de justiça e neste momento acho que cabe à Assembleia

Legislativa, através das suas Comissões Permanentes e também do momento em que esse projeto virá para o Plenário para ser discutido.

Quero cumprimentar V. Exa. pelo pronunciamento que fez, pelo pronto atendimento e pela atenção que lhe é peculiar a todas as matérias que tramitam aqui na Casa. Quando o senhor trouxe para nós essa mensagem governamental e disse: “Deputado, o senhor tem os números do último quadrimestre de 2008?” Prontamente entreguei para sua pessoa, porque em meu gabinete tenho tudo arquivado. Mas, vamos ver o que vamos fazer. Acho que cabe um estudo profundo. Não dá para aceitar isso pura e simplesmente.

Parabéns a V. Exa.

**O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)**

Deputado Reni Pereira, permite-me um pequeno aparte?

Só quero aproveitar o aparte para dizer que sei que V. Exa. trata o tema com a seriedade que lhe é peculiar, mas dói em meus ouvidos ouvir o Deputado Elio Rusch falar isso, ele que é pai da dívida do BANESTADO e que deveria explicar à opinião pública. Vou, Sr. Presidente, daqui a pouco, no horário da Liderança, explicar para a opinião pública a participação do Deputado Elio Rusch nessa dívida do BANESTADO, que o Estado de Alagoas tem com o Paraná. Daqui a pouco vou explicar isso.

**O Sr. Elio Rusch (DEM)**

Permite mais um aparte, Deputado?

Deputado Romanelli, vai com calma. Nunca fui Governador.

Deputado Romanelli, V. Exa. pode xingar quem o senhor quiser, mas a mim o senhor não vai intimidar nunca. V. Exa. pode ser líder do seu Governo...

**(Corte no som)**

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

A palavra está com o Deputado Reni Pereira.

**O SR. RENI PEREIRA (PSB)**

Com um aparte o Deputado Elio Rusch.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Por favor, Deputado Elio Rusch!

V. Exa. é um homem equilibrado.

**O Sr. Elio Rusch (DEM)**

Sr. Presidente, não posso aceitar que o Líder do Governo venha dizer que sou o pai, só se ele for a mãe, dos precatórios de Alagoas.

Agora, vamos nos respeitar! Nunca fui Governo, nunca fui Diretor do BANESTADO, nunca tive empréstimo do BANESTADO, não dou devedor do BANESTADO, e nunca fui. Quando o BANESTADO foi privatizado, a dívida estava muito alta, sendo que não foi

este Deputado que a fez, porque não fui Diretor e nunca fui Governo e nunca pedi para fazer uma negociação dessas.

**O SR. RENI PEREIRA (PSB)**

Sr. Presidente, realmente o tempo continua chovoso!

Inclusive, Deputado Romanelli, fiz questão de registrar que pedi a V. Exa. e V. Exa. ficou de contatar o Secretário da Fazenda para vermos qual é o montante. Mas, acredito que não é dessa maneira, olhando pelo retrovisor. Temos um problema real hoje, e inclusive não fecham as contas do Estado do Paraná de 2006 por conta desses lançamentos, e nós temos que encontrar uma solução.

Agora a solução, se for eventualmente quitar essa dívida da forma que o projeto contempla aqui, que o Governo esta pedindo esta lei, temos que ter a responsabilidade com o Estado do Paraná, não é em relação a Jaime Lerner, que eu confesso que o conheci pessoalmente agora quando já era Deputado, cheguei aqui na Assembleia ele já não era Governador. Temos que ter a responsabilidade com o mandato, e esse mandato nosso, as responsabilidades dele certamente terão reflexo no futuro, no passado, quem vive de passado é museu.

**O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)**

V. Exa. me concede um aparte?

**(Assentimento)**

Deputado Reni, esse é um assunto polêmico, mas acho que nós devemos tratar com a responsabilidade que lhe é devida. Temos que discutir isso com o próprio Secretário da Fazenda, ou usar da inteligência do Líder do Governo, que ele traga aqui para nós esclarecimentos. Porque a única preocupação que eu vejo do Deputado Elio Rusch, a preocupação é o seguinte, se o Paraná tem a ver, está sendo confessado a dívida, que caminho nós devemos seguir? Porque se Alagoas está pedindo para fazer uma negociação com o Estado do Paraná porque está sendo obrigada, Alagoas está sendo obrigado a negociar com o Estado do Paraná. Agora, qual é a melhor forma, cobrar com que juro, com que correção, como devemos fazer?

Acho que nós não podemos nessa questão querer aqui fazer avaliação rápida desse assunto, é um assunto que carece de um grande debate, e aí sim. Não sei se eu sou favorável ou contrário, de repente alguém vai me convencer de que nós deveremos votar favorável, ou de repente poderemos ter uma visão de que nós firmando uma posição aqui no Estado do Paraná, poderemos receber essa dívida com valor maior. Então, penso dessa maneira, acho que V. Exa. também está com um pronunciamento com consistência levando para esse campo, e espero que possamos discutir isso na Comissão de Finanças, na CCJ, ou numa Audiência Pública, mas com muito cuidado porque nós estamos tratando de mais de 100

milhões, se pegarmos a dívida original. Obrigado Deputado Reni.

**O SR. RENI PEREIRA (PSB)**

É justamente isso. Eu tenho certeza que todos os Deputados querem essa seriedade ao tema. Agora com certeza a proposta só veio do Estado de Alagoas é porque o título não é podre, e daqui a três anos o Estado de Alagoas vai ter que pagar o valor corrigido, e esse valor vai passar de 300 milhões. E inclusive, o Estado de Alagoas está propondo isso porque tem algumas condicionantes se ele não quitar isso, ele não pode contratar outras operações. Então, não é podre, o Paraná está bem lastreado, como a Secretaria do Tesouro Nacional também está bem lastreado em relação a dívida que o Paraná contraiu. Então, nós temos as garantias, o que temos que debater: se é importante para o Paraná dar esse abatimento e receber essa dívida agora.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Último orador inscrito no Horário das Lideranças Deputado Teruo Kato.

Esta Presidência com satisfação anuncia, registra a presença, a pedido do Deputado Nereu Moura, do Vereador Frank Scavini, Presidente da Câmara de Coronel Vivida. Seja bem-vindo a nossa Casa nobre Vereador. Com a palavra Teruo Kato.

### ***Liderança do PMDB: Deputado Teruo Kato***

**O SR. TERUO KATO**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

**(Lê):**

“Há um ano aconteceram as festividades do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil, o IMIN - 100. Acompanhamos o Príncipe-herdeiro da Família Imperial Japonesa, Naruhito, juntamente com o Deputado Luiz Nishimori e muitas outras lideranças. Estivemos em Londrina, Rolândia e Maringá, Cidades onde a Colônia Japonesa recebeu com muito entusiasmo a visita do Príncipe Naruhito. Amanhã, nós da Colônia Japonesa no Paraná e no Brasil, comemoramos mais um ano da vinda de nossos familiares do Japão.

Ao atracar em águas brasileiras, em 1908, o navio Kasato Maru trouxe a primeira leva de imigrantes japoneses e iniciou um processo de imigração, resultado de anos de discussões entre Brasil e Japão. Alguns dos que chegaram no Kasato Maru, logo foram levados para trabalhar nos cafezais do interior paulista e paranaense.

Em um país com idioma, hábitos alimentares e culturais totalmente diferentes, nossos avôs e tios trabalharam arduamente, e com muitas dificuldades até para a subsistência. Por esse motivo, em busca de condições melhores, alguns deixaram as fazendas cafeicultoras e se muda e se mudaram para as grandes Cidades.

Com a chegada da 2ª Guerra Mundial, e a implantação de leis restritivas, mais uma vez a comunidade nipônica passou por dificuldades. Eram proibidos de has-tear a bandeira e falar em japonês. Muitos dos que viviam no Litoral de nosso Estado foram retirados de lá sob a acusação de espionagem. Frente a grandes embates como esse não deixaram de perseverar.

Hoje, mais de um século depois da chegada da comunidade japonesa, não podemos negar a influência da cultura nipônica no Brasil. Desde pratos típicos, modos de cultivar a lavoura, esportes, festas e em muitas outras áreas. Recentemente em Maringá, por exemplo, por iniciativa do Deputado Dr. Batista, entregamos títulos de cidadania honorária a duas personalidades representantes da colônia japonesa de Maringá: Srs. Drs. Minao Okawa e Paulo Sakai, pelos relevantes serviços prestados à sociedade brasileira na área da Ciência e Medicina.

Sras. e Srs. Deputados, quero deixar aqui meus parabéns e minha gratidão, em nome dessa Casa de Leis, a todos que nos acolheram com tanto carinho e principalmente àqueles que contribuíram bravamente para o desenvolvimento de nosso Estado e se dedicam na disseminação da cultura e dos costumes japoneses.

É isso, Sr. Presidente. Muito obrigado!"

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Liderança do Governo. Com a palavra o Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli.

### ***Liderança do Governo: Luiz Claudio Romanelli (PMDB)***

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Eu conversava, inclusive, com o Diretor Geral da Secretaria da Fazenda, Dr. Nestor Bueno, para poder de fato prestar os esclarecimentos sobre esse tema que envolve essa negociação com o Estado de Alagoas. Antes ainda, é claro, queria deixar registrado, novamente, do envio pelo Governador Requião de uma mensagem para corrigir o erro material daquela mensagem anterior, aquela que concede a licença-maternidade de 180 dias para todas as servidoras públicas, civis e militares do Estado do Paraná, gestantes e adotantes. Colocando, na verdade, um ponto final no tema para poder de fato resolver essa questão. Só para poder falar sobre isso.

Em relação a esse tema, Deputado Reni e Deputado Elio Rusch, V. Exas. sabem que o Governo anterior recebeu parte dessa dívida de Alagoas. Do que é essa dívida aqui? Essa dívida é aquela famosa dívida quando o BANESTADO, por meio da sua corretora, fez a aquisição daqueles títulos mobiliários emitidos por Estados e Municípios supostamente, para pagar os precatórios.

E ao invés de pagar precatórios, obviamente, esses Estados e Municípios fizeram outra coisa com o dinheiro. E nos valores da época eram R\$ 400 milhões que a BANESTADO Corretora comprou, bancou isso, com-

prou os 400 milhões de títulos que todo mundo já sabia que eram frios, porque era a chamada "cadeia da felicidade", ele começava com um deságio extremamente alto e terminava sendo comprado praticamente pelo valor de...

**O Sr. Jocelito Canto (PTB)**

Permite um aparte?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Na sequência, deixe eu explicar isso aqui.

Muita gente fica nos ouvindo e não sabe o que estamos falando. Por que o Paraná deve os 400 milhões que viraram um bilhão para o Banco Itaú? Porque quando o BANESTADO foi privatizado, essa dívida de quatrocentos milhões, originária desses títulos chamados de títulos mobiliários que eram dos precatórios, que eram para pagar precatórios desses Estados, esses títulos todos que foram comprados pelo Paraná, títulos frios, vamos ao português claro, porque os Estados anularam isso, inclusive Alagoas, anulou esses títulos, o que aconteceu?

O Paraná ficou com o "micro" na mão. E todo mundo achava, qualquer pessoa razoável, inclusive os Deputados que aqui nesta Casa votaram para fazer o BANESTADO ser privatizado e para assumir aquela dívida que nos consome todo mês R\$ 600 milhões que estamos pagando de dívida para o BANESTADO e tem 30 anos para pagar. Uma dívida que todo mundo sabe que é impagável essa dívida do BANESTADO. Além do que, vendemos o banco em um leilão por um bilhão e oitocentos milhões, seiscentos milhões de reais para o Itaú. E ainda assim o Itaú pôde se apropriar de créditos tributários de mais de R\$ 1 bilhão e 800 milhões. Só o crédito tributário já pagou o que o Banco Itaú pagou para comprar o BANESTADO.

E ficamos com a dívida. E junto com a dívida esse "mico". Como foi o mico? O Banco Itaú fez um contrato com o Estado do Paraná, inclusive na época tinham caucionado até as ações ordinárias da COPEL, garantindo essa dívida com ações da COPEL, que a Justiça Federal logo determinou que a COPEL não podia caucionar porque não tinha lei. Mas, fez com que o Paraná ficasse devedor dos 400 milhões, para a surpresa de todo mundo, é um esqueleto que estava no armário. Quando abriram o armário do BANESTADO, estavam lá os 400 milhões da BANESTADO Corretora dos títulos frios que ficaram com o Banco Itaú.

Ora, esses títulos são nulos. Todo mundo sabia que eram nulos, tanto que o Banco Itaú, que era o comprador, falou: eu não quero colocar junto essa questão dos títulos, a deixa fora. Deixaram fora. O Governo queria se livrar logo, na época, do BANESTADO, porque o BANESTADO, sinceramente, podia até ter feito aquela dívida enorme que fez, ter sido saneado, ou ser federalizado, ou até podia ter continuado banco público, não, pagamos e demos de presentão para o Banco Itaú tudo isso e ficamos com a dívida para pagar.



E por que o Paraná paga a chamada multa que todo mês custa R\$ 5 milhões por mês, a chamada multa que a Secretaria do Tesouro Nacional nos aplica? Já há dois anos quase estamos pagando todo mês os R\$ 5 milhões que ficam retidos pelo Fundo de Participação do Estado, porque esse dinheiro é que a Secretaria do Tesouro Nacional está agindo como se fosse um cartório de protesto do Banco Itaú. Está lá o Senador Osmar Dias trabalhando no Senado para poder modificar.

Agora, temos um parecer favorável, inclusive, da Procuradoria da Fazenda Nacional para acabar, de fato, com esse problema que envolve a aplicação da multa que o Banco Central, através da Secretaria do Tesouro Nacional, nos aplica mensalmente, é uma conta que temos que pagar. O que está propondo aqui o Estado de Alagoas? Essa dívida do Estado de Alagoas, foi paga uma parte já na época do Governo anterior. O Governo anterior pegou o dinheiro, Deputado Elio Rusch, V. Exa. há de se lembrar disso, gastou e pagou as dívidas, as contas. O Governo recebeu o dinheiro e pagou as despesas e os investimentos.

Agora, o Paraná recebeu uma proposta formal do Estado de Alagoas, que tem um contrato, onde o nosso Estado é credor. Originariamente, o valor da dívida é 106 milhões, corrigidos pela TR, com vencimento em 2012. Temos do Estado de Alagoas uma promessa. Alagoas tem que contratar um empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Ele fez uma conta, hoje, a dívida de 106 milhões está em 126 milhões. Esses títulos foram considerados nulos, federalizados e o Estado de Alagoas faz uma proposta ao Paraná: “Estamos em 2009, temos a possibilidade de pagar a vocês R\$ 106 milhões.” Que hoje estaria atualizada em 126 milhões, com vencimento em maio de 2012.

Reconheçamos, aqui, será que um Estado como Alagoas, que sabemos de uma população sofrida, tão mal governada por tantos anos, que não pagou e não paga conta nenhuma, que qualquer pessoa em sã consciência diria: “Vamos receber essa dívida!”, tenho por mim que é um ótimo negócio conseguir receber os R\$ 106 milhões.

Ouvi as palavras do Deputado Elio Rusch, que conseguiu me irritar. Ouvi o discurso do Deputado Valdir Rossoni, que na minha avaliação é isso mesmo. Vamos analisar se é bom ou é ruim, com cautela, para poder analisar se é bom ou mau negócio. Concluo o meu pronunciamento, no sentido de que devemos sempre debater os temas, aqui. Mas, não vamos politizar tudo nesta Casa e vamos debater as questões à luz do interesse público, Sr. Presidente. As pessoas nem leram, não sabem do que se trata e estão contra. Deputado Elio Rusch, V. Exa. sempre diz que: “Cautela e caldo de galinha não faz mal para ninguém.” À primeira vista está me parecendo que é um ótimo negócio.

Agradeço, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pela forma como temos discutido sempre os temas importantes.

## ***Ordem do Dia:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

## ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, Mensagem nº 044/09, subscrita pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei, objetivando autorizar o Estado do Paraná a quitar os créditos que detém junto ao Estado de Alagoas, decorrentes do contrato firmado com fundamento da Lei nº 13569, de 29/05/02. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem nº 045/09, subscrita pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei, objetivando autorizar o Poder Executivo a prorrogar por mais 60 (sessenta) dias a licença à gestante de que trata o artigo 7º, inciso XVIII, da Constituição Federal e artigo 34, inciso XI, da Constituição do Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 892/09, subscrito pelo Exmo. Sr. Procurador Geral de Justiça do Estado do Paraná, constante do expediente, submetendo à apreciação dessa Casa de Leis, a inclusão do anteprojeto que dispõe sobre os vencimentos dos servidores, ativos e inativos, do Quadro de Pessoal, Quadro de Oficiais de Promotoria do Ministério Público do Paraná dos cargos de provimento em comissão. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 731/09, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a construção do acostamento na PR-471, no trecho da saída da Cidade até o Centro de Eventos numa extensão de 2 quilômetros no Município de Enéas Marques. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 732/09, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a execução de obra de duplicação da rodovia PR-323, no trecho compreendido entre os Municípios de Doutor Camargo e Cianorte. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2930, de autoria do Deputado Fábio Camargo, constante do expediente, justificando sua

ausência em Plenário nos dias 16, 17 e 18 de junho do corrente ano, conforme atestado médico. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento n° 2931, de autoria do Deputado Fábio Camargo, constante do expediente, justificando sua ausência em Plenário no dia 10 de junho do corrente ano, conforme atestado médico. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

## **Discussão/Votação**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### **2ª Discussão (Votação em)**

#### **ITEM 01**

##### **VOTAÇÃO EM:**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 462/08, de autoria dos Deputados Luiz Eduardo Cheida, Elton Welter e Luciana Rafagnin, que institui no âmbito do sistema público estadual de ensino fundamental e médio do Paraná, a merenda escolar orgânica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI N° 462/08**

#### **P A R E C E R :**

##### **Preâmbulo**

O projeto de lei apresentado pelos nobres Deputados já nominados institui no âmbito do sistema público estadual de ensino fundamental e médio do Paraná a merenda escolar orgânica. Com parecer favorável desta CCJ recebeu emenda de Plenário para introduzir mais um artigo e respectivo parágrafo com conteúdo de alimentos funcionais como descrito na mesma.

##### **Fundamentação**

A proposição está de acordo com os ditames regimentais e cumpre determinação do Artigo 141 que dispõe, *literis*:

“(…)

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados.

(…)”

Constato que os requisitos do Regimento Interno foram atendidos

##### **Da legitimidade e legalidade**

No que pertine a competência legislativa de caráter privativo e suplementar, como já assinalado acima o artigo 24, parágrafo 2º e 3º, c/c o artigo 25, parágrafo 1º

todos da CF, conferem aos estados a competência para legislar matérias que não lhe sejam vedadas, *literis*:

“(…)”

Art. 25 Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 1º São reservados aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição. (…)”

A própria CCJ em parecer ao Projeto de Lei n° 019/07, de autoria do Deputado Reni Pereira utilizou-se dos dispositivos mencionados para reforçar a tese da competência concorrente e comum, ou seja, (suplementar), valendo-se inclusive da conhecida teoria do eminente professor e jurista Manoel Gonçalves Ferreira Filho, que assim definiu:

Competência Privativa: “é a competência plena, direta e exclusiva de legislar.”

Competência Suplementar: “é uma subespécie da competência concorrente; é aquela que preenche os vazios da norma geral; para alguns ela é ‘complementar’”.

Como a Constituição Mãe define a competência privativa da União para legislar certas matérias bem assim, a Constituição de nosso Estado seguindo o mesmo entendimento constitucional da carta mãe estabeleceu competências privativas e as concorrentes (suplementares), *in casu*, em seu artigo 53, XVI XVII, c/c o 66 que não vedam a iniciativa ora pretendida.

Assim fortalecidos neste entendimento cumpre interpretar a Constituição Estadual - CE, que não pode fugir a regra da hermenêutica Constitucional Federal, pois se assim fosse, constitucional não seria.

##### **No mérito**

O mérito já foi devidamente analisado por ocasião da análise da constitucionalidade do Projeto sendo, portanto agora matéria superada. Sendo o projeto dos nobres Deputados de instituição de merenda orgânica na rede de ensino pública e particular no Estado do Paraná, impõem-se a análise do impacto financeiro sob a luz das Constituições e das leis infraconstitucionais.

##### **Impacto Financeiro**

Do mesmo modo e forma a questão orçamentária já foi submetida ao crivo desta CCJ, tendo sido considerado que o texto da lei de forma prudente respeitosa estabeleceu em seu artigo 2º que a implantação do programa de merenda orgânica deverá ocorrer de forma “gradativa” de acordo com as condições e cronogramas elaborados pela Secretaria de Estado da Educação - SEED, até que 100% (cem por cento) do sistema de ensino público do Estado do Paraná garantam aos seus alunos o direito a merenda escolar orgânica.

Em favor disso o projeto de lei em seu artigo 4º prevê a regulamentação 180 dias após a sua publicação. Concluimos, portanto trata-se também de matéria superada nesta seara.

Ao exposto podemos asseverar com segurança que tanto a Constituição Federal quanto a Constituição Esta-

dual c/c a Lei Complementar nº 101/00 estão respeitadas em face da sensibilidade do Impacto Financeiro, por conta do artigo 2º do presente PL, não prejudicando em nada os termos da emenda ora examinada.

### Conclusão

Em resumo verifica-se que a Emenda de Plenário ao projeto de lei reveste-se de legalidade e constitucionalidade e diante da importância e das sugestões e de tudo o que já foi discutido e aprovado, inclusive das duas secretarias consultadas entendendo ser de extrema importância que a mesma prossiga para debate e análise de mérito em Plenário, razão pela qual meu parecer *ad cautela* é pelo seu prosseguimento nesta Casa de Leis.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 08/06/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

Apoiamento:

Luiz Carlos Martins, Francisco Bühner, Nereu Moura, Caíto Quintana, Tadeu Veneri e Douglas Fabrício.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)(**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Utilizo esse horário e essa tribuna, para dizer da minha felicidade em poder estar votando esse projeto já em segunda discussão, com uma emenda, parabenizando o Deputado Cheida, Elton Welter e Luciana Rafagnin, são os três autores. Dizia que estamos votando algo de extrema importância para o futuro dos nossos jovens, para o futuro das crianças paranaenses instituindo no sistema público estadual do ensino fundamental a merenda escolar orgânica e com uma emenda de minha autoria que estes alimentos seja funcionais.

Que são alimentos funcionais? Alimentos funcionais são aqueles que previnem doenças como câncer, mal de Alzheimer e outras doenças. São os alimentos que, segundo a Organização Mundial de Saúde, são de extrema necessidade para o organismo humano. Os alimentos funcionais são eles: brócolis, tomate, mamão, semente de linhaça, cenoura, cebola, peixes, azeite, soja, leite fermentado, iogurte, alho, aveia, maçã e milho. São os alimentos funcionais que estarão presentes na merenda escolar do Estado do Paraná, são alimentos que previnem o câncer e com a aprovação da emenda e do projeto, estaremos dando um passo muito importante com relação a saúde dos nossos cidadãos.

Quero parabenizá-lo pela proposição e também dizer que estou, neste momento muito feliz, por ser autor da emenda que contribui para o aprimoramento do projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em votação o projeto ressalvada a emenda. **Aprovado, artigo por artigo.** Em votação a Emenda de Plenário. **Aprovada.**

## Redação Final

### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 496/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 036/08, que dispõe sobre a concessão de anistia aos servidores públicos civis e empregados da Administração Pública Estadual, de empresas públicas e de sociedade de economia mista. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 496/08  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedida a anistia aos servidores públicos e empregados da Administração Pública Estadual, autárquica e fundacional, bem como aos empregados de empresas públicas e de sociedades de economia mista sob o controle do Estado, que, no período compreendido entre 01/01/83, a 31/12/90, tenham sido despedidos, dispensados, demitidos ou exonerados por motivação política, devidamente caracterizada, ou por interrupção de atividade profissional em decorrência de motivação grevista, nos seguintes termos:

I - despedidos ou dispensados dos seus empregos com violação de dispositivo constitucional, legal, regulamentar ou de cláusula constante de acordo, convenção ou sentença normativa;

II - exonerados, demitidos ou dispensados por motivação política, devidamente caracterizado, ou por interrupção de atividades profissionais em decorrência de movimentação grevista.

III - que em virtude do cargo ou função e das diretrizes e programas do Estado, prestavam assessoramento a organizações de produtores e movimentos sociais de cunho propositivo e reivindicatório de políticas públicas de assistência técnica e social, crédito rural e relacionadas ao PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo aplica-se, exclusivamente, ao servidor titular do cargo de provimento efetivo ou de emprego estável à época da demissão e/ou exoneração, demitidos ou dispensados.

Art. 2º O retorno ao serviço dar-se-á, exclusivamente, no cargo ou emprego anteriormente ocupado ou, quando for o caso, naquele resultante da respectiva transformação e restringe-se aos que formulem requerimento fundamentado e acompanhado da documentação pertinente no prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias, contado da publicação desta lei.

Art. 3º Observado o disposto nesta lei e de acordo com as necessidades e disponibilidades orçamentárias e financeiras da Administração, o Poder Executivo deferirá o retorno ao serviço dos servidores ou empregados des-

pedidos arbitrariamente no período a que se refere o artigo 1º.

Art. 4º No prazo estipulado no artigo 2º, quando necessária a realização de concurso, contratação ou processo seletivo com vistas ao provimento de cargo ou emprego permanente, a Administração Pública Estadual e as empresas sob controle do Estado do Paraná excluirão das vagas a serem preenchidas pelos concursados o número correspondente ao de postulantes habilitados na forma desta lei para os respectivos cargos ou empregos.

Art. 5º Será criada a Comissão de Anistia, vinculada à estrutura da Secretaria de Estado da Administração e Previdência que decidirá, em caráter terminativo, sobre a violação do ordenamento jurídico ou sobre a existência da motivação política conforme previsão contida nos incisos I, II e III do artigo desta lei, desde que devidamente caracterizadas e comprovadas, em cada caso, nos autos do respectivo requerimento.

§ 1º A comissão a que se refere o *caput* deste artigo será composta por:

- a) Um membro do Ministério Público Estadual;
- b) Um representante da Procuradoria Geral do Estado;
- c) Um membro da Casa Civil;
- d) Um representante da Secretaria de Administração e Previdência;
- e) Um membro da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Paraná.

§ 2º A comissão será presidida pelo representante designado pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 3º São atribuições da comissão:

I - analisar os requerimentos, desde que formulados no prazo estipulado no artigo 2º, e considerar em relação aos atos administrativos referidos no artigo 1º os seguintes aspectos:

- a) a incidência da decadência prevista no artigo 9º desta lei; e
- b) a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

II - analisar as razões da defesa e a instrução probatória;

III - notificar os interessados para apresentação de defesa, quando concluir pela ocorrência da situação referida no artigo 5º, inciso I, alínea “b”;

IV - deliberar quanto ao reconhecimento da condição de anistiado ou, se julgar necessário, solicitar nova instrução mediante a requisição de processos, informações e outros elementos, inclusive depoimento pessoais que permitam o convencimento e a deliberação sobre o requerido;

V - encaminhar as suas conclusões, na forma do artigo 6º.

§ 4º Os agentes públicos que tiverem participado de processo decisório que tenha resultado em demissão

de que trata esta lei, não poderão integrar as comissões de que trata este artigo.

§ 5º Constatada que não houve notificação pessoal, ou que não foram observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, o requerente será notificado pela respectiva comissão para, no prazo de dez dias, aduzir as razões de defesa relativas ao ato de anulação e requerer a instrução probatória que entender de direito.

§ 6º Os requerimentos de revisão deverão ser instruídos com documentos que comprovem as razões de fato e de direito alegadas, facultando-se às comissões requisitar processos, informações e outros elementos, inclusive depoimentos pessoais no intuito de lhes propiciar o convencimento e a instrução do processo de revisão, para efeito de deliberação.

Art. 6º As conclusões da Comissão Especial de Anistia, quanto ao reconhecimento ou não da condição de anistiado requerida deverão ser, no prazo máximo de 5 (cinco) dias da sua expedição, publicadas em veículo oficial de divulgação dos atos da administração pública, encaminhadas à Assembleia Legislativa e, submetidas ao Governador do Estado do Paraná para deliberação quanto ao retorno, ao serviço público, dos servidores despendidos arbitrariamente.

Art. 7º No desempenho de suas atribuições, a comissão deverá observar o disposto no artigo 1º desta lei, para o restabelecimento da condição de anistiado, não se admitindo as seguintes situações:

I - as exonerações e dispensas decorrentes de processos administrativos ou judiciais regularmente julgados pela autoridade administrativa ou pelo Poder Judiciário, com trânsito em julgado;

II - as dispensas ou exonerações de funções de confiança ou cargos comissionados;

III - as dispensas por justa causa;

IV - as exonerações, demissões, dispensas ou despedidas de órgãos ou entidades que tenham sido extintos, liquidados ou privatizados, salvo quando as respectivas atividades:

a) tenham sido transferidas, absorvidas ou executadas por outro órgão ou entidade da administração pública estadual; ou

b) estejam em curso de transferência ou de absorção por outro órgão ou entidade da administração pública estadual.

V) as adesões a programas de desligamento voluntário ou incentivado; ou

VI - as exonerações, demissões, dispensas ou despedidas de empregados de entidades que não integravam a Administração Pública do Estado do Paraná.

Art. 8º A anistia a que se refere esta lei só gerará efeitos financeiros a partir do efetivo retorno à atividade, vedada a remuneração de qualquer espécie em caráter retroativo, inclusive para fins previdenciários.

Parágrafo Único. O disposto no *caput* deste artigo se dará mediante renúncia por instrumento público, para cada servidor.

Art. 9º Ressalvado o prazo para conhecimento da anistia de que trata esta lei, o direito da administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

Art. 10. As despesas decorrentes desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias dos respectivos órgãos ou entidades.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 16/06/09.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

TERUO KATO - Relator

### 3ª Discussão

#### ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 099/09, de autoria da Bancada do PMDB. Anexos Projetos nºs 003/09 e 095/09, que dá nova redação a alínea “a” do artigo 1º e a redação do artigo 3º da Lei nº 15426, de 30/01/07. (Incentivo Fiscal). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. COM EMENDA DA CF. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ, NA FORMA DA SUBEMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA CCJ. COM EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBEMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO.

Vamos votar nesse turno as emendas aprovadas em 2ª Discussão. **Aprovadas.** Em votação o projeto na forma de Substitutivo Geral da CCJ. **Aprovado.**

### 2ª Discussão

#### ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 016/09, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que denomina o Município de Marialva como Capital da Uva Fina do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CAICTM. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 049/09, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública estadual a ACMAF - Associação Comunitária de Moradores e Amigos da Vila Fanny e Adjacências, com

sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 208/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 023/09, que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel ao Município de Loanda. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 260/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 031/09, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Quedas do Iguaçu. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

### 1ª Discussão

#### ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 226/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 026/09, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Matelândia. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 046/09, de 11/05/09, em Mensagem).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 226/09

#### P A R E C E R :

#### Do Projeto de Lei

O Projeto de Lei nº 226/09, de autoria do Poder Executivo, tem por escopo autorizar a efetuação de doação de imóvel ao Município de Matelândia de área constituída pelo Lote Urbano nº 04, da Quadra 68, Matrícula sob o nº 1558 do Registro de Imóveis da Comarca de Matelândia. O imóvel destina-se a implantação do Museu Municipal, retornando ao patrimônio do Estado, caso se comprove uso distinto.

#### Competência e Previsão Legal

É indispensável à análise no aspecto da legitimidade para legislar acerca da matéria deste projeto de lei, assegurado pelo artigo 65 da Constituição do Estado do Paraná, que o Governador do Estado, detém de iniciativa para propor leis complementares e ordinárias para a referida aprovação.

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso).*

Vislumbra-se ainda que o Governador está autorizado pelo Regimento Interno desta Casa de Leis em propor projetos de lei.

*Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.*

*Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifo nosso).*

Assim, o Governo do Estado do Paraná, tem competência para iniciar projeto de lei, bem como, leis, que dispõe sobre matéria de doação de imóvel ao Município de Matelândia, não ferindo os princípios constitucionais portanto não há qualquer vedação pela Constituição Estadual e Federal.

O artigo 10 da Constituição Estadual do Paraná, demonstra que a doação de imóveis para os Municípios devem ser realizados através de lei, *in loco*.

*Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e, mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração direta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada por utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.*

O artigo 17, inciso I, alínea “b” da Lei nº 8666/93, assevera que:

*Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá as seguintes normas:*

*I - Quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para os órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:*

*a)...*

*b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera de Governo, ressalvado disposto nas alíneas “f” e “h”. (grifo nosso).*

Desta forma, o Governador está autorizado a doar imóveis do Estado, mediante lei ordinária ao Município de Matelândia, pois é pessoa jurídica de direito público interno, cumprindo com o disposto legal, supra citado.

Diante do exposto, fica evidenciada, a constitucionalidade do presente projeto de lei, apresentado através de prerrogativa e competência do Poder Executivo para legislar sobre a proposição de lei estadual, concernente a matéria tratada.

#### **Conclusão**

No que concerne a legitimidade, legalidade, autonomia federativa, técnica legislativa, vota-se pela consti-

tucionalidade, vez que o projeto de lei, não encontra nenhum óbice na Lei Complementar nº 095/98.

Sala das Comissões, em 08/06/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO  
PROJETO DE LEI Nº 226/09

#### **P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, visa autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel ao Município de Matelândia.

A matéria já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, que analisou sob o aspecto constitucional e legal.

Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, pois a proposta tem por objetivo a implantação do Museu Municipal.

Isto posto, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 09/06/09.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente  
DOBRANDINO DA SILVA - Relator

#### **ITEM 09**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 243/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 029/09, que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar doação de imóvel no Município de São José dos Pinhais. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 053/09, de 25/05/09, em Mensagem).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 243/09

#### **P A R E C E R :**

##### **Preâmbulo**

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 029/09, visa autorizar o Poder Executivo Estadual a efetuar doação de imóvel situado ao Município de São José dos Pinhais para implantação da Escola Municipal Papa Paulo VI.

##### **Fundamentação**

O projeto de lei em análise encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece no artigo 10 e parágrafo.

*Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e, mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada por utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.*

*Parágrafo Único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas, de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social. (grifo nosso).*

A alienação de bens imóveis é disciplinada de regra pela legislação própria das entidades estatais sendo normalmente exigida a autorização legislativa avaliação prévia e concorrência sendo dispensável este último requisito quando se tratar de permuta ou doação pois estes contratos em particular visam a pessoas ou imóveis certos sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.

O artigo 17 da Lei Ordinária Federal nº 8666/93, estabelece as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos.

*Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá as seguintes normas:*

*I - Quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para os órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:*

*b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de Governo, ressalvado o disposto nas alíneas “f” e “h”. (Redação dada pela Lei nº 11481, de 2007).*

*f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública (Redação dada pela Lei nº 11481, de 2007) (grifo nosso).*

José dos Santos Carvalho Filho leciona que “A Administração pode fazer doação de bens públicos, mas tal possibilidade deve ser tida como excepcional e atender a interesse público cumpridamente demonstrado. Qualquer violação a tais pressupostos espelha conduta ilegal e dilapidatória do patrimônio público. São requisitos da doação de bens públicos: autorização legal, avaliação prévia e interesse público justificado. A licitação levando em conta a existência de interesse social da doação, será dispensável.

Tendo em vista a autorização para que o órgão público efetue doações sem a necessidade de licitação, quando o donatário for outro órgão ou entidade da Administração Pública, não haveria razão para que o legislador impedisse a doação, haja vista a expressa autorização legal.

Desta forma, observa-se que estão presentes os requisitos necessários, quais sejam, a autorização legislativa que é dada através de lei e o interesse público, neste caso no que se refere à segurança pública.

No que tange às normas de elaboração normativa previstas na Lei Complementar nº 095/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

#### **Conclusão**

Diante do acima exposto tendo em vista a constitucionalidade e legalidade apresentadas pelo projeto de lei em análise, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 08/06/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
FRANCISCO BÜHRER - Relator

#### **COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 243/09**

#### **P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, visa autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel ao Município de São José dos Pinhais.

A matéria já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, que analisou sob o aspecto constitucional e legal.

Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, pois a proposta tem por objetivo a implantação da Escola Municipal Papa Paulo VI.

Isto posto, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 09/06/09.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente  
DOBRANDINO DA SILVA - Relator

#### **ITEM 10**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 267/09, de autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de utilidade pública estadual o Centro de Orientação e Reintegração ao Dependente de Álcool - CORDEAL, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 058/09, de 02/06/09, em Projetos de Lei).**

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 267/09**

#### **P A R E C E R :**

#### **Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Durval Amaral, tem por objetivo declarar de utilidade pública o Centro de Orientação e Reintegração ao Dependente do Álcool - CORDEAL, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu.

#### **Fundamentação**

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

#### **Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 08/06/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

### **ITEM 11**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 273/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 038/09, que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar doação de imóvel ao Município de Lunardelli. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 060/09, de 08/06/09, em Mensagens).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 273/09

#### **P A R E C E R :**

##### **Preâmbulo**

O projeto apresentado pelo Executivo na pessoa do Exmo. Sr. Governador Roberto Requião tem por finalidade doar imóvel de sua propriedade ao Município de Lunardelli, com área de 399,92m<sup>2</sup> e 399,92m<sup>2</sup>, Matriculados sob nº 8433 e 8434 no Registro de Imóveis da Comarca de São João do Ivaí. A doação será gravada com Cláusula de inalienabilidade para uso do Município exclusivamente para instalação de barracas industriais, retornando ao patrimônio do Estado em caso de utilização diversa do assim estabelecido (artigo 2º do projeto de lei).

##### **Fundamentação**

Quanto à iniciativa para legislar, o Regimento Interno desta Casa de leis em seu artigo 29, parágrafo 1º, I, assim rege, *literis*:

*Art. 29 ...*

*§ 1º As comissões permanentes, na respectiva área de atuação, competente entre outras:*

*I - Iniciar o processo legislativo em leis complementares e ordinárias, nos casos permitidos pela constituição.*

A Constituição Estadual determina especificamente, em seu artigo 10:

*Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucra-*

*tivos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamento de caráter social.*

*Parágrafo Único. A alienação a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins e assentamento de caráter social. (grifamos).*

O projeto está de acordo com a disposição constitucional, visto que se trata de projeto de lei que autoriza a doação de propriedade imóvel do Estado para fins de assentamento de projetos diversos à geração de emprego e renda à população municipal que se reveste do caráter eminentemente social.

Quanto a técnica legislativa, o projeto atende os pressupostos de elaboração das leis.

#### **Conclusão**

Estando o projeto de lei revestido de constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa adequada sou de parecer pela sua aprovação para que esta Casa de Leis aprecie o seu mérito em plenário.

Sala das Comissões, em 16/06/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 273/09

#### **P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, que visa autorizar o Poder Executivo a doar os lotes de terrenos urbanos ao Município de Lunardelli.

A matéria já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, que analisou sob o aspecto constitucional e legal.

Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, pois a proposta tem por objetivo o funcionamento de barracões industriais.

Isto posto, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 17/06/09.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

DOBRANDINO DA SILVA - Relator

### **Requerimentos**

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Sobre a mesa, Requerimento nº 2918, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2920, 2943 e 2954, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.



Requerimentos nºs 2922 a 2924, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2919, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2929, de autoria do Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2932, 2939, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2940, de autoria do Deputado Scanavaca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2941, de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2945, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Comissão Executiva.

Requerimentos nºs 2946 a 2948, 2948A, 2949 a 2952 de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Pela ordem com a palavra o Deputado Ney Leprevost.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Apenas para fazer um registro bastante positivo e que, inclusive, é de seu interesse porque o senhor vem aprovando esse projeto, desde que a Comissão de Saúde abraçou institucionalmente esse projeto. Estivemos agora, às 14h, na Cidade de Araucária onde foi feita a abertura, hoje, com participantes de 69 Municípios do Paraná e todos os Secretários de Esportes reunidos, onde fizemos o Bom de Bola Parati 2009. E um projeto que tem apoio institucional da Comissão de Saúde, da Assembleia Legislativa, da própria TV SINAL, também. Queria apenas informar que esta Mesa, esteve representada e esta Casa esteve representada através da minha pessoa. É um belo projeto social, educacional e esportivo e quero, aqui, agradecer o apoio que V. Exa. deu para a Comissão de Saúde, pudesse abraçar esse projeto junto com a empresa Parati.

Muito obrigado Sr. Presidente.

### ***Encerramento da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Nada mais havendo a tratar, antes, lembrando aos Srs. Deputados que 51 Srs. Deputados estavam presentes na Sessão de hoje. Já em que pese não haja a menor

necessidade de se fazer a contagem do quórum, Deputado Anibelli, mas, quero convocar a todos para a Sessão de amanhã às 10h com a seguinte

### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 153 e 274/09.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 462/08.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 226, 243, 267 e 273/09.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 013/07; 247, 258 e 261/09.

Levanta-se a Sessão.

### ***Publicações:***

### ***Atas de Comissões***

### ***Finanças***

COMISSÃO DE FINANÇAS

2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA

12ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de agosto de dois mil e oito, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de Reuniões das Comissões desta Casa de Leis, às 13:30 horas, sob a presidência do Senhor Deputado Edson Strapasson, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Antonio Belinati, Elio Rusch, Dobrandino da Silva. Havendo número legal, o senhor presidente declarou os trabalhos abertos solicitando ao secretário da Comissão que procedesse a leitura da atas da reunião anterior. O Senhor Deputado Elio Rusch pediu a dispensa da leitura, sendo a mesma dispensada e aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 259/08, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, que altera dispositivos da Lei nº 15.758, de 27 de dezembro de 2007, que dispõe que os créditos decorrentes dos débitos imputados e inscritos em dívida ativa estadual na forma da Lei Complementar nº 113/05, que constituírem crédito do Tesouro Estadual, poderão ser parceladas em 36 parcelas mensais, iguais e sucessivas. Relator Deputado RENI PEREIRA. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Parecer lido pelo Senhor Deputado Antonio Belinati, questionando se o parcelamento diz respeito somente às prefeituras. A presidência, responde que o projeto não refere-se apenas as prefeituras ou a órgãos públicos, mas sim, a qualquer pessoa física ou jurídica, a presidência assevera ainda, que o objetivo da aprovação desta proposição não é beneficiar, e sim estimular o pagamento das dívidas, já

que muitos devedores tem discutido e protelado o pagamento esperando a execução judicial, sendo que essas execuções muitas vezes não ocorrem, acarretando perdas para o Estado. 02) Projeto de Lei nº 341/08 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 023/08, que objetiva reestruturar os Anexos VII e VIII, da Lei nº 15.843, de 21 de maio de 2008, conforme especifica e adota outras providências. (Quadro Próprio do Magistério e Quadro único de Pessoal do Poder Executivo). Relator Deputado ELIO RUSCH. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 342/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 024/08, que objetiva alterar dispositivos das Leis nºs 11.713, de 07 de maio de 1997 e 14.825, de 12 de setembro de 2005. (reformulações da Carreira Docente das Instituições Estaduais de Ensino Superior do Paraná). Relator Deputado DOBRANDINO DA SILVA. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. O presidente fez menção quanto a solicitação do presidente desta Casa, a respeito dos dois últimos itens desta pauta, para que fossem votados o mais breve possível por esta Comissão, além de agradecer as presenças dos representantes das instituições de ensino superior de Londrina, Cascavel e Ponta Grossa, senhora Inêz Almeida, senhores Mário Martins, e Vitor Campos, bem como do presidente da APP, Professor Lemos. O Deputado Antonio Belinati, solicita o registro em ata do empenho do Professor Lemos com relação a aprovação desta matéria, nesta Casa de Leis. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, agradecendo a presença de todos, encerrou os trabalhos, dos quais, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
Wilson Penka - Secretário

**COMISSÃO DE FINANÇAS**  
**2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA**  
**13ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte sete dias do mês de agosto de dois mil e oito, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de Reuniões das Comissões desta Casa de Leis, às 13:30 horas, sob a presidência do Senhor Deputado Edson Strapasson, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Elio Rusch, Luiz Nishimori e Duílio Genari. Havendo número legal, o senhor presidente declarou os trabalhos abertos solicitando ao secretário da Comissão que procedesse a leitura da atas da reunião anterior. O Senhor Deputado Elio Rusch pediu a dispensa da leitura, sendo a mesma dispensada e aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 359/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 026/08, que objetiva instituir o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimento do Quadro dos Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná. Relator Deputado LUIZ NISHIMORI. Parecer FAVORÁVEL -

APROVADO. O Senhor Deputado Elio Rusch, solicita o registro em Ata da presença dos quatro deputados presentes: o Senhor Presidente Deputado Edson Strapasson, o Senhor Deputado Luiz Nishimori e dois deputados da oposição, pois caso contrário não teríamos o quorum suficiente para a realização da reunião e para que o projeto da valorosa classe da educação pudesse ser votado hoje. O Senhor Presidente defere, ao mesmo tempo em que registra a presença do presidente da APP, Prof. Lemos e do Senhor Edílson de Paula. Salienta ainda, que o Senhor Presidente Nelson Justus, solicitou que esta Comissão emitisse o Parecer sobre este Projeto após a aprovação do mesmo em primeira discussão no Plenário quanto a sua constitucionalidade. O Deputado Luiz Nishimori, agradece a presença do Senhor Edílson de Paula de Marialva. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, agradecendo a presença de todos, encerrou os trabalhos, dos quais, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
Wilson Penka - Secretário

## **Presidência**

### **Indicações Legislativas**

#### **INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1263**

Autoria do Deputado Ney Leprevost

#### **SÚMULA:**

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Guaraqueçaba.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Guaraqueçaba.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 04/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

#### **JUSTIFICATIVA:**

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

#### **INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1264**

Autoria do Deputado Ney Leprevost

#### **SÚMULA:**

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Itaperuçu.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Itaperuçu.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 04/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1267

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Liberação de (01) uma kombi para o Município de Nova Esperança.

Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - liberação de (01) uma kombi para o Município;

II - estamos apresentando a presente indicação atendendo inúmeras solicitações da comunidade do Município de Nova Esperança, que há muito reivindica uma kombi para atender a região.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 04/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1268

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Liberação de (01) uma kombi para o Município de Nossa Senhora das Graças.

Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - liberação de (01) uma kombi para o Município;

II - estamos apresentando a presente indicação atendendo inúmeras solicitações da comunidade do Município de Nossa Senhora das Graças, que há muito reivindica uma kombi para atender a região.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 04/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1269

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Liberação de (01) uma kombi para o Município de Marialva.

Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - liberação de (01) uma kombi para o Município;

II - estamos apresentando a presente indicação atendendo inúmeras solicitações da comunidade do Município de Marialva, que há muito reivindica uma kombi para atender a região.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 04/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1270

Autoria da Deputada Rosane Ferreira

SÚMULA:

Indica à Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, Secretária de Estado da Cultura e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinada ao Município de Andirá uma (01) unidade da Biblioteca Cidadã.

A Deputada que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere as autoridades acima citadas, a destinação ao Município de Andirá, de recursos para a construção de uma (01) da Biblioteca Cidadã.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em ampliar a rede de Bibliotecas nos Municípios deste Estado, indicamos para a Secretaria de Estado da Cultura, através do item 2273, do Orçamento do Estado do Paraná, que se refere à Administração das Políticas de Ação e Inserção Cultural, cuja meta ou ação é número 131, que se refere à construção da Biblioteca Cidadã, no Município de Andirá.

Andirá possui uma população de, aproximadamente, 21.953 habitantes segundo o IBGE, o que justifica o pedido desta Parlamentar.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 04/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1271

Autoria do Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Palmeira.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Palmeira.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 09/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

## INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1272

Autoria do Deputado Ney Leprevost

## SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Pitanga.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Pitanga.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 09/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

## JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

## INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1273

Autoria do Deputado Ney Leprevost

## SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Ponta Grossa.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Ponta Grossa.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 09/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

## JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

## INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1274

Autoria do Deputado Ney Leprevost

## SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Santo Antônio da Platina.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Santo Antônio da Platina.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 09/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

## JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de trans-

porte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

## INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1275

Autoria do Deputado Ney Leprevost

## SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de São José dos Pinhais.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de São José dos Pinhais.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 09/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

## JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

## INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1276

Autoria do Deputado Ney Leprevost

## SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Siqueira Campos.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Siqueira Campos.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 09/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

## JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

## INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1277

Autoria do Deputado Ney Leprevost

## SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Rio Branco do Sul.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para

atendimento dos estudantes do Município de Rio Branco do Sul.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 09/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1278

Autoria do Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Santa Mariana.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Santa Mariana.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 09/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1279

Autoria do Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Santa Tereza do Oeste.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Santa Tereza do Oeste.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 09/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1280

Autoria do Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Sengés.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Sengés.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 09/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1281

Autoria do Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Tibagi.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Tibagi.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 09/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1282

Autoria do Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Tijucas do Sul.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Tijucas do Sul.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 09/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1283

Autoria do Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Andirá.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Andirá.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 09/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1284

Autoria do Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Adrianópolis.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Adrianópolis.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 09/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1285

Autoria do Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Antonina.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Antonina.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 09/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1286

Autoria do Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Roncador.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Roncador.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 09/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1287

Autoria do Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Colombo.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Colombo.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 09/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1288

Autoria do Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Contenda.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Contenda.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 09/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com

assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1289

Autoria do Deputado Ney Leprevost

##### SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Cornélio Procopio.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Cornélio Procopio.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 09/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

##### JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1290

Autoria do Deputado Ney Leprevost

##### SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Doutor Ulysses.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Doutor Ulysses.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 09/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

##### JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1291

Autoria do Deputado Ney Leprevost

##### SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Itambaracá.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Itambaracá

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 09/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

##### JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1292

Autoria do Deputado Ney Leprevost

##### SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Guaratuba.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Guaratuba.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 09/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

##### JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1293

Autoria do Deputado Ney Leprevost

##### SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município da Lapa.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município da Lapa.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 09/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

##### JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1294

Autoria do Deputado Ney Leprevost

##### SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Matinhos.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Matinhos.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 09/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1295

Autoria do Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Mato Rico.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Mato Rico.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1296

Autoria do Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Paranaguá.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Paranaguá.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1297

Autoria do Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Morretes.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Morretes.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1298

Autoria do Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Pinhais.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Pinhais.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1299

Autoria do Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Piraí do Sul.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Piraí do Sul.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1300

Autoria do Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:



Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Quatro Barras.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Quatro Barras.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1301

Autoria do Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Pontal do Paraná.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Pontal do Paraná.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1302

Autoria do Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Porto Amazonas.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Porto Amazonas.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com

assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1303

Autoria do Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Quitandinha.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Quitandinha.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1304

Autoria do Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Ribeirão Claro.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Ribeirão Claro.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1305

Autoria do Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Rio Negro.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Rio Negro.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

**JUSTIFICATIVA:**

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

**INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1306**

Autoria do Deputado Ney Leprevost

**SÚMULA:**

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Barra do Jacaré.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Barra do Jacaré.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

**JUSTIFICATIVA:**

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

**INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1307**

Autoria do Deputado Ney Leprevost

**SÚMULA:**

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Balsa Nova.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Balsa Nova.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

**JUSTIFICATIVA:**

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

**INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1308**

Autoria do Deputado Ney Leprevost

**SÚMULA:**

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Almirante Tamandaré.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Almirante Tamandaré.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

**JUSTIFICATIVA:**

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

**INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1309**

Autoria do Deputado Ney Leprevost

**SÚMULA:**

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Agudos do Sul.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Agudos do Sul.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

**JUSTIFICATIVA:**

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

**INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1310**

Autoria do Deputado Ney Leprevost

**SÚMULA:**

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Abatiá.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Abatiá.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

**JUSTIFICATIVA:**

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

**INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1311**

Autoria do Deputado Ney Leprevost

**SÚMULA:**

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Piraquara.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Piraquara.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1312

Autoria do Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Campo do Tenente.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Campo do Tenente.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1313

Autoria do Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Campina Grande do Sul.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Campina Grande do Sul.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1314

Autoria do Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Cambará.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Cambará.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1315

Autoria do Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Araucária.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Araucária.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1316

Autoria do Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Peabirú.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Peabirú.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de trans-

porte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1320

Autoria da Deputada Rosane Ferreira

##### SÚMULA:

Indica à Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, Secretária de Estado da Cultura e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinada ao Município de Alto Paraná uma (01) unidade da Biblioteca Cidadã.

A Deputada que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere as autoridades acima citadas, a destinação ao Município de Alto Paraná, de recursos para a Construção de uma (01) da Biblioteca Cidadã.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em ampliar a rede de Bibliotecas nos Municípios deste Estado, indicamos para a Secretaria de Estado da Cultura, através do item nº 2273, do Orçamento do Estado do Paraná, que se refere à administração das políticas de ação e inserção cultural, cuja meta ou ação é número 131, que se refere à construção da Biblioteca Cidadã, no Município de Alto Paraná.

Alto Paraná possui uma população de, aproximadamente, 13.379 habitantes segundo o IBGE, o que justifica o pedido desta parlamentar.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 12/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1321

Autoria do Deputado Professor Lemos

##### SÚMULA:

Requer ao Governador do Estado do Paraná Sr. Roberto Requião que sejam pagos aos funcionários de escola não estatutários o adicional noturno e auxílio transporte.

Em atendimento ao parágrafo 1º do artigo 127 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, vimos requerer ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná Roberto Requião o pagamento do auxílio transporte e da gratificação de adicional noturno aos funcionários da educação básica da rede pública estadual de ensino, de Regime Não Estatutário.

A Lei Complementar nº 123/08 que instituiu o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Quadro dos Funcionários da educação básica da rede pública estadual do Paraná garantiu à categoria o pagamento de auxílio transporte e gratificação de adicional noturno, conforme os artigos 24 e 26, respectivamente, da citada lei, reconhecendo a necessidade e o direito destes bene-

fícios na composição de seus salários. No entanto, sabe-se que grande contingente de funcionários de escola ainda encontra-se sob regime não estatutário devido ao longo período sem realização de concursos públicos, impedindo-os de serem beneficiados pelo PCCV, ainda que suas funções sejam as mesmas.

Considerando o processo de retomada das carreiras públicas pelo atual Governo do Paraná, julgamos imprescindível que se faça justiça com toda a categoria de trabalhadoras e trabalhadores de escola, estendendo-se o pagamento do auxílio transporte e do adicional noturno aos servidores não estatutários, da mesma forma como foram concedidos os benefícios aos professores e professoras que não fazem parte do novo Plano de Carreira do Magistério.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 12/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1322

Autoria da Deputado Professor Lemos

##### SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado do Paraná Sr. Roberto Requião e ao Diretor Presidente da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR Sr. Rafael Greca a realização de programa de construção de moradias populares no Município de Jardim Alegre.

Em atendimento ao parágrafo 1º do artigo 127 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, vimos indicar ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná Roberto Requião e à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR a realização de Programa que vise à construção de moradias populares nos Conjuntos Habitacionais José Pachulski e Jardim Alegre, no Município de Jardim Alegre.

O Município de Jardim Alegre, situado na região conhecida como Centro expandido, cujo Índice de Desenvolvimento Humano - IDH encontra-se abaixo da média do Estado e dos valores preconizados pelos organismos internacionais que monitoram padrões de qualidade de vida das populações, necessita da intensificação de políticas públicas de atendimento às famílias mais pobres. Com um índice de crescimento populacional bem superior à média do Estado, o Município de Jardim Alegre conta com um déficit habitacional considerável, onde a implementação de programas de construção de moradias populares torna-se imperativa, suprimindo uma necessidade deste Município que não conta com recursos para este fim.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 12/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1323

Autoria da Deputada Cida Borghetti

##### SÚMULA:

Sugere ao Secretário de Fazenda seja observada a alíquota de um por cento do IPVA para caminhonetes de carga.

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, indica à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Fazenda, Heron Arzua, solicitando ao mesmo seja observada a alíquota de um por cento do IPVA para caminhonetes de carga, na forma do que prescreve o item 3.1.1.1 da Instrução SEFA nº 26.

A utilização das caminhonetes por produtores rurais é uma necessidade inerente à atividade econômica que desenvolvem. Nesse momento difícil da economia é inviável para os produtores absorver mais esse aumento.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 12/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1324

Autoria da Deputada Cida Borghetti

##### SÚMULA:

Sugere ao Secretário de Planejamento e ao Secretário de Estado da Saúde a implantação de cinco Unidades de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Maringá.

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, indica à Mesa seja oficiado aos Secretários de Estado do Planejamento e da Saúde, solicitando dos mesmos a implantação de cinco Unidades de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Maringá.

Os terrenos já foram selecionados e os dados entregues na Secretaria de Planejamento, atendendo as regiões do Quebec, Pinheiros, Zona Sul, Iguazu e Iguatemi.

As clínicas foram aprovadas pela 15ª Regional de Saúde, bem como pela bipartite regional.

Essas unidades são essenciais para proporcionar suporte às 64 (sessenta e quatro) equipes da Saúde da Família.

O Município de Maringá vem se destacando em razão dos projetos em favor da saúde e da qualidade de vida dos respectivos munícipes. Dessa forma, é importante o investimento em estrutura para permitir melhor atendimento à população.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 12/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1325

Autoria do Deputado Professor Lemos

##### SÚMULA:

Requer ao Governador do Estado do Paraná Sr. Roberto Requião que reveja a suspensão dos convênios de municipalização total da merenda escolar em diversos municípios paranaenses.

Em atendimento ao parágrafo 1º do artigo 127 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, vimos requerer ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná Roberto Requião de Mello e Silva que

sejam refeitos os convênios de municipalização total do Programa Estadual de Alimentação Escolar - PEAE, os quais foram cancelados para o ano letivo de 2009.

A merenda escolar é hoje uma política pública prevista constitucionalmente e amparada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, através do repasse de recursos do Ministério da Educação advindos do salário educação. No âmbito estadual, o programa é coordenado pela Diretoria de Administração Escolar da Superintendência de Desenvolvimento Educacional da SEED, e prevê duas formas de atendimento: municipalização total e municipalização parcial.

A municipalização total do programa determina o envio total dos recursos aos municípios para realizar licitações para a compra de gêneros alimentícios para as redes públicas estaduais e municipais, garantindo a presença de alimentos frescos de produção local na merenda escolar, ao passo que na municipalização parcial a coordenação municipal recebe os gêneros alimentícios adquiridos pelo Governo do Estado, armazena e efetua a distribuição dos mesmos às escolas estaduais, conforme guia emitida pela SEED.

Para o ano letivo de 2009, inúmeros convênios de municipalização total foram cancelados pelo SEED, provocando insatisfação das comunidades escolares atingidas devido à ausência de alimentos frescos e de produção local nos cardápios, pois os itens enviados pela SEED não permitem a utilização destes alimentos, sendo substituídos por enlatados e preparados em pó, além de prejudicar a economia local, seja do comércio varejista ou da agricultura familiar.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 12/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1326

Autoria do Deputado Professor Lemos

##### SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado do Paraná Sr. Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED, atenção especial à necessidade de fornecimento de oito ônibus escolares ao Município de Porto Barreiro, através do Programa de Transporte Escolar - PTE.

Em atendimento ao parágrafo 1º do artigo 127 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, vimos indicar ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Educação que contemple o Município de Porto Barreiro na liberação de 08 (oito) ônibus escolares através do Programa de Transporte Escolar - PTE do Governo do Estado do Paraná.

O Município de Porto Barreiro, situado na Região Centro Oeste do Paraná, conta com uma população estudantil de aproximadamente 1 mil e 100 alunos, sendo mais da metade da rede estadual de ensino, em grande parte residente na área rural. A aquisição de 08 (oito) ôni-

bus escolares, sendo 05 (cinco) de 42 lugares, 02 (dois) de 31 e um microônibus de 23 lugares irá contribuir sobremaneira com a demanda do Município para o transporte com qualidade e segurança das crianças e adolescentes que precisam de atendimento educacional, suprimindo uma necessidade deste município que não conta com recursos para este fim.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 12/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1327

Autoria da Deputada Cida Borghetti

##### SÚMULA:

Sugere ao Secretário de Planejamento e ao Secretário de Estado da Saúde a liberação de recursos destinados ao Hospital Municipal de Maringá.

Sr. Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, indica à mesa seja oficiado aos Secretários de Estado do Planejamento e da Saúde, solicitando dos mesmos a liberação de recursos destinados ao Hospital Municipal de Maringá contemplados no PAC da Saúde do Paraná e divulgados pelo Governo do Estado no ano de 2008.

Esses recursos são fundamentais não só para os maringenses, mas para os cidadãos da região que utilizam os serviços do Hospital Municipal.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 12/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1328

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

##### SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao Município de Maringá, cinco (05) unidades da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, e dá outras providências.

O Deputado que subscreve a presente Indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao Município de Maringá de cinco (05) unidades da Clínica de Saúde da Mulher e da Criança.

Maringá possui 64 equipes de Saúde da Família e quer aprimorar esse atendimento em parceria com o Governo do Estado e o seu projeto de construção da Clínica da Mulher e da Criança.

Essa solicitação seria para atender os bairros de Quebec, Pinheiros, Zona Sul, Iguaçu e Iguatemi. Essas clínicas já passaram pela aprovação da Regional de Saúde de Maringá para um trabalho em conjunto.

Mais: o Município de Maringá, solicita ainda, Recursos do PAC de Saúde Estadual, para aplicação na melhoria do seu Hospital Municipal.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 12/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

